

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**ALEXANDRE BOGAS FRAGA GASTALDI**

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NAS  
TEMÁTICAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE: PLANEJAMENTO  
DE UM APLICATIVO PARA SMARTPHONE**

**Florianópolis**

**2016**

**ALEXANDRE BOGAS FRAGA GASTALDI**

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NAS  
TEMÁTICAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE:  
PLANEJAMENTO DE UM APLICATIVO PARA SMARTPHONE**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito de obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientador Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes

Coorientador Prof. Dr. Jair Zandoná

**Florianópolis**

**2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gastaldi, Alexandre Bogas Fraga

Tecnologia da informação na formação de professoras nas  
temáticas de gênero, sexualidade e diversidade :  
planejamento de um aplicativo para smartphone / Alexandre  
Bogas Fraga Gastaldi ; orientador, Felipe Bruno Martins  
Fernandes ; coorientador, Jair Zandoná. - Florianópolis,  
SC, 2016.

82 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.  
Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Educação. 3. Gênero e diversidade na escola. 4.  
Formação de professoras/es. 5. Aplicativo para smartphone.  
I. Fernandes, Felipe Bruno Martins. II. Zandoná, Jair.  
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização  
em Gênero e Diversidade na Escola. IV. Título.

**ALEXANDRE BOGAS FRAGA GASTALDI**

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NAS  
TEMÁTICAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE:  
PLANEJAMENTO DE UM APLICATIVO PARA SMARTPHONE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

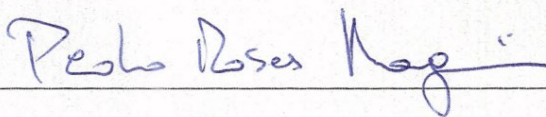
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

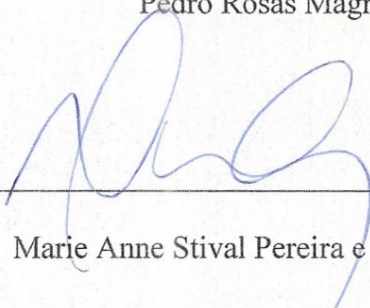


Olga Regina Zigelli Garcia

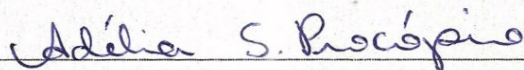
Banca Examinadora:



Pedro Rosas Magrini



Marie Anne Stival Pereira e Leal Lozano



Adélia de Souza Procópio

Este trabalho é dedicado ao meu esposo Fabricio,  
que me apoiou em todos os momentos, e a toda  
turma do curso.

## **AGRADECIMENTOS**

A toda equipe do Curso Gênero e Diversidade na Escola, professoras e professores, tutoras e tutores, coordenadoras e coordenadores e, de modo especial, em nome de todas, agradeço à professora Olga Regina que abraçou todas as turmas do curso e conduziu a equipe junto com a professora Mirian Grossi.

Às colegas da turma Célia Amorós da qual fiz parte e compartilhamos de momentos de aprendizado, crescimento e angústia pela dura realidade vivida pelas mulheres, pessoas LGBT, população negra, população indígena e pessoas com deficiência quanto às diversidades reprimidas.

A todas e todos profissionais de educação que lutam cada dia por uma sociedade mais justa, buscando levar um ensino inclusivo e diverso, respeitando as singularidades das alunas e alunos.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso visa estruturar o planejamento de criação de um aplicativo para smartphones voltado para a formação continuada de professoras nas temáticas de gênero, sexualidade e diversidades. Este recorte leva em conta o conteúdo que integrou o Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola oferecido em Santa Catarina pelo Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. Nesse sentido, o trabalho consiste em realizar uma pesquisa, seguida de análise qualitativa através da revisão bibliográfica, sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem para, por fim, construir um protótipo do aplicativo.

**Palavras-chave:** Formação de Professoras e Professores. Gênero. Diversidade. Raça e etnia. Deficiência. Aplicativo para Smartphone.

## **ABSTRACT**

This Work of Conclusion of Course aims to structure the creation of a planning application for smartphone facing the continuing education of teachers in gender, sexuality and diversity. This cut takes into account the content that integrated the Specialization Course on Gender and Diversity in School offered in the Estate of Santa Catarina by the Gender Studies Institute at UFSC. In this sense, the work consists in carrying out a research, followed by a qualitative analysis through the bibliographic review, on the use of information and communication technologies in learning, and finally, to build an application prototype.

**Keywords:** Teachers' forming. Gender. Diversity. Race and ethnicity. Deficiency. Smartphone application.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Indicadores de acesso à tecnologia em escolas públicas (2010-2013).....	26
Figura 2 - Código QR.....	29
Figura 3 - Instalação do Aplicativo .....	30
Figura 4 - Tela inicial do aplicativo. ....	36
Figura 5 - Tela de Informação.....	37
Figura 6 - Coordenação GDE UFSC .....	38
Figura 7 - Tela Professores e Professoras.....	42
Figura 8 - Tela Orientadores .....	51
Figura 9 - Tela Idealizador do Aplicativo.....	53
Figura 10 - Tela Disciplinas.....	55
Figura 11 - Tela Unidades das Disciplinas .....	56
Figura 12 - Tela Conteúdo das Unidades .....	57
Figura 13 - Tela Textos das Unidades .....	58
Figura 14 - Tela Vídeos das Unidades.....	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GDE – Gênero e Diversidade na Escola.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS .....</b>	<b>15</b>
<b>2 GÊNERO, SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E SUAS INTERSECCIONALIDADES: BREVES APONTAMENTOS.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 MULHERES E FEMINISMO(S).....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 SEXUALIDADE(S) .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 RAÇA E ETNIA .....</b>	<b>23</b>
<b>3 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>4 CONTEÚDO DO APLICATIVO.....</b>	<b>29</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>
<b>APÊNDICE A - CONTEÚDO DO APLICATIVO .....</b>	<b>36</b>
<b>I TELA INICIAL.....</b>	<b>36</b>
<b>II INFORMAÇÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>III COORDENAÇÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>IV PROFESSORAS E PROFESSORES .....</b>	<b>42</b>
<b>V ORIENTADORES .....</b>	<b>51</b>
<b>VI IDELIZADOR DO APLICATIVO.....</b>	<b>53</b>
<b>VII DISCIPLINAS .....</b>	<b>55</b>
VII.I Diversidades, diferenças e interculturalidade .....	60
VII.II Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social.....	63
VII.III Gênero, Diversidade Sexual e Religião .....	65
VII.IV As diferenças de gênero no espaço escolar .....	67
VII.V Sexualidades: dimensão conceitual, diversidade e discriminação .....	69
VII.VIA importância dos movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero.....	71
VII.VII Gênero, raça/etnia e diversidade no cotidiano escolar .....	72
VII.VIII Noções de raça, racismo, etnicidades e desigualdades sociais .....	74
VII.IX Saúde, sexualidades e reprodução .....	76
VII.X Sexualidades e Violência no Cotidiano Escolar.....	78

VII.XI Deficiências e Inclusão.....	79
VII.XII Material Extra.....	81

## INTRODUÇÃO

A formação de professoras<sup>1</sup> nas questões de Gênero, Sexualidade, Diversidades e suas transversalidades é uma demanda crescente que urge pensar em novos formatos e mídias que possibilitem o estudo dessas temáticas em diferentes contextos/situações. Dito isso, este trabalho de conclusão de curso pretende planejar o melhor formato de criação de um aplicativo que possibilite, de modo interativo, que professoras tenham acesso a tais discussões de maneira mais dinâmica e “ao alcance das mãos”, de forma a engajar e a motivar o estudo sistemático e continuado das temáticas de gênero, sexualidade e diversidades, visando superar a necessidade de acesso rápido a esses conteúdos que o tempo presente exige. Defendo a ideia de que um aplicativo para smartphones<sup>2</sup> pode contribuir para a formação continuada de profissionais da educação, uma vez que a tecnologia facilita o acesso interativo de/em qualquer lugar, com fácil manuseio e baixo custo. O planejamento de criação desse aplicativo com o conteúdo sobre Gênero e Diversidades visa, justamente, oferecer conteúdos de acesso rápido e que possam ser disseminados facilmente no mundo virtual.

Vindo da formação de Administração de Empresas com especialização em Gestão de Tecnologias e Sistemas da Informação, foi na vivência paralela com a militância de direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT – que me vi motivado a aprofundar na temática num formato mais acadêmico. Iniciei a vida ativista em 2009 na cidade de São Carlos – SP como membro fundador da ONG Visibilidade LGBT. Na cidade de Belo Horizonte – MG, de 2010 a 2012, passei a integrar o corpo de militância do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais – Cellos-MG. Ao mudar para Florianópolis, em 2012, ingressei na militância da ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade.

Em janeiro de 2013 comecei a fazer parte da diretoria da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, assumindo o cargo de Secretário da Região Sul coordenando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em junho de 2013 participei da fundação da ONG Acontece Arte e Política LGBT na cidade Florianópolis na qual sou Diretor Administrativo até os dias atuais.

---

<sup>1</sup> Conforme manual de Acessibilidade do Fazendo Gênero 10 (MELLO; FERNANDES, 2013), optei por uma produção feminista e queer fazendo a flexão de gênero no feminino, deixando de utilizar a letra “x” e a barra oblíqua “/”, de modo a facilitar o acesso a pessoas com deficiência visual que utilizam os sistemas de leitura.

<sup>2</sup> Smartphone é um telefone celular, que significa telefone inteligente em português, sendo um termo de origem inglesa. O smartphone é um celular com tecnologias avançadas, o que inclui programas executados num sistema operacional, equivalente aos computadores.

Durante o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso também tive três acontecimentos marcantes, onde me envolvi no planejamento do aplicativo do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e do 13º Congresso Mundos de Mulheres que ocorrerá em julho de 2017. Fui coordenador de campanha da candidata a vereadora Carla Ayres, do Partido dos Trabalhadores, que é mulher, lésbica, feminista e jovem. Na oportunidade, pautamos todos esses temas pela – e em prol da – cidade de Florianópolis. Por fim, em outubro de 2016 fui empossado conselheiro da primeira gestão do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina, de modo a me motivar ainda mais a continuar nos estudos das questões de gênero.

A vivência durante quase dois anos com as discentes no Curso de Especialização de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) da Universidade Federal de Santa Catarina entre 2015 e 2016, fez-me refletir sobre a necessidade de expandir e compartilhar esse conhecimento adquirido, pois quase que a totalidade das cursistas são professoras e relatavam, constantemente, a dificuldade em lidar com a temática, e a falta de subsídios pedagógicos para o trabalho com suas alunas.

Desde a segunda metade século XX as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial, LGBT, de pessoas com deficiência, e também pelo respeito à diversidade e pluralidade cultural dos sujeitos têm sido constantes. Através da reivindicação por direitos de igualdade e cidadania e em prol da redemocratização, pautava-se o movimento feminista no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, quando cresciam rapidamente coletivos autônomos de mulheres com diversas expressões políticas. Eram mobilizações sociais, com proximidade com a esquerda, buscando uma afirmação da identidade feminina através da sobreposição das especificidades da condição feminina quanto às lutas gerais da sociedade, e o mesmo caminho seguiam os outros movimentos sociais. Entretanto, de forma persistente e naturalizada, ainda encontramos a realidade de um grande número de convenções e atitudes sociais discriminatórias na sociedade contemporânea como o racismo, a homo-lesbo-bi-transfobia, a xenofobia e o capacitismo.

Mesmo com conquistas das cidadãs e dos cidadãos brasileiras/os no exercício dos direitos, ainda há desafios a superar quanto ao acesso à educação, à valorização e ao respeito das diversidades. Em todos os espaços da vida social, e entre eles também a escola, são (re)produzidas as discriminações de gênero, de orientação sexual, étnico-racial e todas as suas transversalidades, desdobrando-se na violência homofóbica, transfóbica, lesbofóbica e também contra as mulheres (BRASIL, 2009). Ter acesso a estudos dedicados a essas questões

facilitará o dia a dia de professoras e é o que este trabalho visa empreender com a criação do aplicativo.

A proposta de elaboração desse aplicativo corresponde ao fato de que o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) trouxe um imenso ganho para as mulheres em rede, pois estreitou os laços através da cooperação e da solidariedade. As condições de vida das mulheres não são tão diferentes pelas regiões do mundo quando visto pelo viés de direitos alcançados, e tudo que era desconhecido passou a ser desenvolvido com estratégias conjuntas para o enfrentamento de problemas semelhantes (Susana ROSTAGNOL, 2003). Ter acesso ao aplicativo facilitará o aprendizado e o empoderamento dessas temáticas, trazendo mais liberdade às professoras ao lidarem com os temas.

No tocante ao livre acesso, vale enfatizar que, por ser disponibilizado on-line, não se restringirá à formação de profissionais da educação, e poderá ser utilizado por vários outros públicos interessados nas temáticas tratadas, se desdobrando para o ambiente familiar, profissional e social.

Nesta monografia de especialização, primeiramente, tratarei da formação continuada de professoras e suas correlações com a necessidade crescente de aperfeiçoamento continuado. Na segunda parte conceituarei as temáticas de gênero, de sexualidade, de diversidade e suas transversalidades, tendo como eixo as próprias discussões propostas e desenvolvidas pelo curso GDE, enfatizando a importância dessas questões serem tratadas em todas as disciplinas e anos escolares. Na terceira parte definirei as TICs e a sua convergência no uso de aplicativos para celulares. Por fim, farei um protótipo do aplicativo, descrevendo seus menus, telas, textos e vídeos, de modo a torná-lo uma ferramenta importante para a difusão das questões de gênero, sexualidade, diversidade e suas intersecções.

## **1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS**

De modo geral, a formação continuada de professoras procura implementar dinâmicas de aprofundamento e revitalização de conhecimentos necessário à prática docente, buscando intervir de forma inovadora no sistema educativo. Devido à diversidade de interesses, de áreas de atuação, da estruturação curricular das disciplinas, dos agentes e dos objetivos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, tais ideais não são facilmente conciliáveis, embora não sejam excludentes (Luís António PARDAL; António Maria MARTINS, 2005).

Podemos conceituar a formação continuada como sendo oferecida àquelas que já possuem uma experiência e prática de ensino e é uma atividade sequencial que ocorre ao longo da carreira das docentes, após uma primeira certificação profissional (Ana Maria COSTA E SILVA, 2000). Não implica necessariamente uma (nova) formação universitária, pois as antigas certificações recebidas em escolas normais permitiam o exercício do magistério às formandas.

Buscando suplantar eventuais lacunas na formação inicial, esse tipo de formação para treinamento e aperfeiçoamento foi implementado no Brasil entre as décadas de 1940 a 1970, predominando, naquele momento, certo caráter compensatório. Foi a partir de 1980 que a formação continuada modificou-se, introduzindo o foco em saberes e competências das professoras, além de preocupações relativas a estratégias e discussão de conteúdos voltados ao ensino e aprendizagem. Isso ocorreu não apenas devido aos baixos resultados obtidos até então nesses programas de treinamento, mas, principalmente, devido o processo de reestruturação produtiva que se anunciava no mundo capitalista (Alessandra PIMENTEL, 2004).

Em cada nova etapa de desenvolvimento econômico e social novas necessidades do mercado de trabalho são definidas, trazendo novos projetos pedagógicos, o que demanda a reestruturação dos perfis de professoras voltados a essas necessidades. Pela ótica do modelo atual de produção capitalista, características como polivalência, capacidade de adaptação e flexibilidade são traços fortemente valorizados, tendo reflexo no governo em seus projetos educacionais, com impactos concretos nos programas de formação de professoras (Alda Maria Duarte Araújo CASTRO, 2005).

Com função estruturante, as escolas devem promover ações educacionais de discussão sobre questões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, deficiências, movimentos sociais, feminismos dentre suas intersecções, contribuindo para a eliminação de



qualquer atitude preconceituosa, seja por reflexões individuais ou de forma coletiva, levando a transformação de práticas e mentalidades, pois somente a criação leis que coloquem em discussão as questões de gênero e diversidades não são suficientes, mas sim fortalecendo e ampliando o combate a toda forma de discriminação através de ações concretas.

Como uma dessas ações, foi desenvolvido o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) focado na formação de professoras e profissionais da educação através do ensino a distância, em 2005, conjuntamente com o movimento social organizado, Ministérios do Governo Brasileiro (Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI), Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) e British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e ofertado em quase todas as universidades federais espalhadas pelo país (BRASIL, 2009).

Debater gênero nas escolas visa um espaço com menos preconceito e mais inclusivo, pois, além de refletirem a diversidade da sociedade brasileira com as questões de etnia, raça, religião, orientação sexual, classes, deficiências etc., deve ser um ambiente mais transformador onde todas as gerações se instruem para respeitar e conviver harmoniosamente com as diferenças de forma democrática.

## 2 GÊNERO, SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E SUAS INTERSECCIONALIDADES: BREVES APONTAMENTOS

### 2.1 MULHERES E FEMINISMO(S)

Presente nos mais diversos discursos – biológico, filosófico, religioso, social, científico, psicológico e antropológico –, a questão da diferença entre os seres humanos, entre homens e mulheres, é parte da história da humanidade. Mas ganha maior relevância como objeto de análise na modernidade.

No decorrer da história, o debate da diferença entre os sexos desenvolveu-se mais entre duas perspectivas: a essencialista e a culturalista. Através da defesa da existência de uma “essência feminina” e a exaltação à “diferença sexual” sustentam o discurso essencialista. As constatações sociológicas e culturais historicamente produzidas realizam afirmações universalistas que aprisionam a feminilidade em modelos estruturados (mulher como mãe e esposa), ainda que sejam ideologicamente valorizados. Por esse viés, justifica-se a discriminação das mulheres em função da essência feminina através da suposição de um feminismo universal. As diferenças sexuais providas da socialização e da cultura provêm da perspectiva culturalista. A superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais sob esta ótica (Antônio Flávio PIERUCCI, 1990).

A animação *O sonho Impossível*<sup>3</sup>, de 1983, apresenta os desafios enfrentados pelas mulheres que realizam toda a tarefa doméstica e que, além de terem um emprego fora de casa, convivem com as relações machistas e de poder estabelecidos na família e no trabalho. A película parece ser um poderoso exemplo das desigualdades nos âmbitos sociais, bem como de renda salarial entre homens e mulheres, relatando uma realidade que permanece tão real hoje como há 30 anos.

Os valores são o fundamento da diferença segundo os quais, conforme delineia Rosiska Darcy Oliveira (1993), as mulheres são diferentes dos homens, porque outros valores estão no centro de sua existência: a proteção da vida, a ênfase no relacionamento interpessoal, a gratuidade das relações, a valorização da intimidade e do afetivo, a atenção e o cuidado com

---

<sup>3</sup> “O Sonho Impossível”. Título original: *The Impossible Dream*. Ano de Produção: 1983. Roteiro: Tina Jorgenson. Desenho e Direção: Dagmar Doubkova. Editor: Magda Sandersova. Produzido por Studio J. Trnka Kratky Films, Praga (República Tcheca) em parceria com as Nações Unidas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM>. Acesso em 10/10/2016.

o outro. As mulheres são mais intuitivas, sensíveis e empáticas porque a identidade feminina provém da interação com os outros. No percurso de acesso ao espaço público, as mulheres se veem obrigadas a confrontar seu “modo de ser” com as exigências de sucesso no mundo dos homens, marcado pela eficiência, pela competitividade, pela agressividade e pela objetividade, mergulhando em um terrível sentimento de divisão de si mesmas.

Tem-se a maternidade o principal motivo de justificação da naturalização da ideia de que cabem às mulheres as responsabilidades por toda a atividade privada, o lar. Mesmo quando ingressam na esfera pública, essas responsabilidades caseiras “femininas” não são eliminadas. Nas famílias com maiores condições financeiras, a mulher vê a oportunidade de contratar alguém que, costumeiramente, é outra mulher, geralmente pobre e negra, para substituir e “dar conta” de “seus” afazeres em casa, mas não as livra das responsabilidades com o bom andamento do lar e sua administração. A mulher contratada acumula duas jornadas, ambas com os mesmo afazeres domésticos, pois no geral tem sua própria casa para cuidar (Cristina Scheibe WOLFF; Janine Gomes da SILVA, 2015).

A discussão sobre o problema do trabalho doméstico em sua função “essencialmente” feminina pode ser observada nos periódicos feministas nacionais e internacionais a partir da década de 1970, no campo intelectualizado nessa mesma época, e na atualidade com que a produção voltada a temática na academia e em ONGs demandam problematizar esta questão que ainda continua latente e está longe de ser resolvida.

Com relação ao movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, educativos e políticos – direitos esses que eram até então reservados apenas aos homens –, e que corresponde ao movimento feminista conhecido como primeira onda, faz-se importante destacar que a luta feminista teve como principal coadjuvante o movimento sufragista, que se estruturou na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Espanha no final século XIX. Tinha como objetivo a luta contra discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto, além de denunciar as opressões sofridas pelas mulheres e impostas pelo patriarcado.

Conforme demonstra Maria Laura Osta Vazquez (2006), o sufrágio feminino nos debates jurídicos era discutido de forma latente, pois, para alguns esse direito era natural, enquanto que para outros resultaria na destruição da família, visto que, sob essas alegações, a mulher perderia seu encanto delicado. A promulgação de algumas leis, como exemplo a da *silla* em 1918 no Chile, previam garantir a permanência de mulheres no mercado de trabalho, mas com os devidos cuidados por serem mais fracas e “inferiores” aos homens.

O artigo “Pisando no sexo frágil”, de Raquel Soihet (2004), demonstra como essa luta por direitos não era bem vista, motivo pelo qual as mulheres foram representadas em situações caricatas na literatura, em artigos, em jornais e em revistas. Os mais diversos setores sociais e políticos tinham legalmente regimentado o ingresso das mulheres no mercado de trabalho como uma ameaça ao predomínio masculino. A “dependência” feminina, bem como a filosofia, colocava-as em posições inferiorizadas, cabendo somente se ocuparem com seus deveres “naturais” – como cuidar dos filhos e obedecer o marido (SOIHET, 2004).

Na mídia, a comédia e a ironia foram ferramentas muito utilizadas para inferiorizar a emancipação feminina, reforçando, a objetificação, a passividade e a inferioridade da mulher. Verificamos também nos dias atuais o quanto o corpo da mulher é utilizado principalmente nas propagandas de consumo de cerveja, tornando-as objeto de consumo.

Na dramaturgia, Jean-Baptiste Molière (1983) tratou desse assunto em sua peça “Escola de Mulheres” ao contar a história de Arnolfo, um velho senhor que nutria uma paixão de toda a vida pela jovem Inês, a quem acolheu ainda criança, parar criá-la e educá-la, de maneira que ela se tornasse uma esposa exemplar e devotada ao marido e aos afazeres da casa. Arnolfo queria a esposa perfeita, ou seja, obediente ao marido, boa dona de casa e que não lhe colocasse um par de chifres na testa. Para isso, preferia manter Inês reclusa e na ignorância.

A forma sarcástica de apresentar as mulheres que se empenhavam na luta por direitos levaram a rejeição de muitas outras mulheres pelo movimento feminista, adotando o discurso conservador de que perderiam sua feminilidade, de maneira que se tornariam mulheres não atraentes, perigosas e inclinadas a cometerem atos ilícitos.

## **2.2 SEXUALIDADE(S)**

Pelo viés da sexualidade, verificamos que se trata de uma dimensão da experiência humana na qual se estabelecem relações de poder, pautada por normas sociais. O modo como a sexualidade é pensada e sentida transpassa por diferenças determinadas pelo meio social, pela cultura e pela época que cada pessoa se inscreve. A sexualidade é composta basicamente por três manifestações: sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual/afetiva. Todas as pessoas nascem dotadas de certas capacidades biológicas, e o restante é construído e

formado no decorrer da vida. Vê-se aí o porquê da diversidade das expressões da sexualidade humana (Sérgio CARRARA, 2010).

A biologia define o sexo que é descoberto no nascimento, focado na formação dos órgãos genitais, nas características mensuráveis do indivíduo, bem como a ordem cromossômica, de modo que a Fêmea se vincula à vagina, aos ovários e os cromossomos XX. O Macho vincula-se ao pênis, aos testículos e aos cromossomos XY. Já o intersexo (hermafrodita) é uma combinação destes dois.

O gênero é definido pela sociedade, como “ser homem” ou “ser mulher”, como “ser masculino” ou “ser feminino”. Tratam-se coisas distintas, dentre os corpos e suas capacidades reprodutivas, suas diferenças fisiológicas entre homens e mulheres, o modo de ser feminino ou masculino, com o sentimento de pertencer a diferentes gêneros, bem como o desejo, a atração e fantasias, focados no sentimento dentro dos vínculos interpessoais e de apegos emocionais.

A Identidade de Gênero está ligada à forma como a pessoa pensa sobre ela mesma, ligada à química que a compõe, como os níveis hormonais, por exemplo, e como a pessoa interpreta isso. Transita entre Mulher, Transgênero e Homem. Existem pessoas que possuem um corpo biológico de macho ou fêmea, mas têm identidade pelo gênero oposto ao socialmente esperado, tendo homens femininos e mulheres masculinas.

Ter relações íntimas, atração afetiva, emocional ou sexual por indivíduos do mesmo sexo, do sexo oposto ou de mais de um sexo é o que caracteriza o termo Orientação Sexual. É com quem a pessoa se sente física e emocionalmente atraída, baseado na relação entre o sexo e gênero, que pode ser definido como heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade, pansexualidade e assexualidade.

O caráter compulsório da heterossexualidade é muito forte nas sociedades modernas. Judith Butler exemplifica que a ordem impõe uma forma única de amor legítimo e desejos do homem referente à mulher, e da mulher referente ao homem. Tal orientação faz com que culturalmente não se admita uma pessoa ser além de uma mulher ou um homem (CARRARA, 2010).

A expressão de gênero vem da maneira como a pessoa demonstra seu gênero, pela sua forma de vestir, interagir, se comportar e agir, baseado nos papéis tradicionais, na qual se define como feminino, andrógono, masculino, agênero, não binário, entre outras formas de expressões.

O sexo, a identidade de gênero, a expressão de gênero e a orientação sexual são interconectáveis porque são significados em nossos corpos. É o ser humano com seus órgãos e

partes, enquanto presença corporal, e a relação com as outras pessoas, consigo mesmo, com a divindade e com a natureza. É como damos significado à nossa existência. Os valores sociais, sexuais e os papéis de gênero são construídos em nossos corpos com a vivência de uma sexualidade específica e uma constituição físico-biológica única (André Sidnei MUSSKOPF, 2008).

O modo de falar, de gesticular, de andar, e a preferência por certos tipos de atividades ou de roupas não tem vinculação direta nem com a identidade de gênero, nem com a orientação sexual. Como exemplo sobre essa assertiva, é possível e plausível que uma mulher do sexo biológico feminino, de orientação homossexual, se enquadre no estereótipo feminino. Portanto, a confusão a respeito do cruzamento desses termos se deve ao padrão binário pré-estabelecido que seja/fosse aplicado a tudo. As possibilidades de expressões humanas não cabem num sistema duo como o convencionado.

## **2.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Com o crescente avanço na legislação brasileira, a Educação Inclusiva se torna cada dia mais presente nas escolas regulares, reivindicadas principalmente pelos pais e/ou responsáveis por crianças e adolescentes com deficiência através do exercício do direito à matrícula de suas filhas em qualquer unidade escolar. O Brasil acompanha o movimento mundial em defesa do direito de todas as estudantes estarem juntas sem nenhuma forma de discriminação, apreendo e participando, e isto vem acontecendo através de ações políticas, sociais, culturais e pedagógicas.

Fundamentada na concepção de direitos humanos, a educação inclusiva conjuga um paradigma educacional que congrega a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, no caminho da equidade formal, contextualizando a produção da exclusão interna e externa da escola através de circunstâncias históricas, evidenciando a necessidade de um confronto as práticas discriminatórias, com a criação de alternativas para superá-las, e reconhecendo que essas dificuldades são enfrentadas em todo sistema de ensino, seja nas esferas federal, estadual e municipal (BRASIL, 2014).

É importante apontar que durante várias décadas as pessoas com deficiência têm sido chamadas de inválidas, incapacitadas, defeituosas, deficientes e excepcionais. Posteriormente,

vieram a serem chamadas de pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas especiais e pessoas com necessidades especiais. Dos anos 1990 aos dias atuais passaram a ser denominadas pessoas com deficiência (Romeu Kazumi SASSAKI, 2006).

Mesmo após anos de busca de uma vivência inclusiva em sociedade das pessoas com deficiência, ainda sofremos com várias barreiras que dificultam a inclusão, dentre elas estão: as Atitudinais que dizem respeito as discriminação, estereótipos, estigmas e preconceitos; as Arquitetônicas que apresentam obstáculos de impedimento ao acesso e uso de espaços, ambientes e equipamentos; as Comunicacionais que impedem a leitura e produção escrita pela pessoa com deficiência; as Metodológicas que são as técnicas pedagógicas de trabalho, estudo, ação comunitária e de educação não formal, que dificulta e impedem o aprendizado; e as Programáticas que são obstáculos invisíveis em legislação, políticas públicas e normas institucionais que colaboram para o processo de exclusão e segregação das pessoas com deficiência (Francisco José LIMA; Fabiana dos Santos Silva TAVARES, 2008).

As pessoas com deficiência, quando vistas pela sociedade como pessoas desviantes, enfrentam bloqueios muito mais complexos de vivência do que a própria deficiência física, intelectual ou sensorial. As barreiras atitudinais são as mais cruéis que as PCD podem lidar, mas nem sempre elas são percebidas ou intencionais e, por isso, a dificuldade de problematizá-las e combatê-las. Temos como tais barreiras atitudinais na escola as que se apresentam na forma de ignorância, de medo, de rejeição, de percepção de menos valia, de inferioridade, de piedade, de exaltação do modelo, de percepção de capacidade intelectual, de estereótipos, de compensação, de negação, de substantivação da deficiência, de atitude de segregação, de baixa expectativa, de padronização, de assistencialismo, de superproteção, dentre outras (LIMA; TAVARES, 2008).

Importante destacar que paralelamente vem se construindo um modelo social da deficiência, de modo a ser tratada através de duas condições inseparáveis: as sequelas no corpo e as barreiras econômicas, físicas e sociais que sofre o indivíduo pela imposição do ambiente. É uma construção coletiva entre a sociedade e as pessoas com e sem deficiência, pois as limitações vivenciadas por esses é uma realidade concreta e a deficiência não é a única característica do mesmo que não deve refletir no seu todo. No modelo social todos os direitos devem ser garantidos de forma simultânea como saúde, educação, cultura, emprego, vida independente, desenvolvimento socioeconômico e lazer. O conjunto desses direitos visa garantir a equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência (Tiago Henrique FRANÇA, 2013).

A perspectiva feminista deu origem à segunda geração de teóricos e teóricas do modelo social de deficiência, que trouxe a desestabilização da falsa suposição de que, sem exceção, todas as deficientes prescindem de auxílio ou apoio de outros para conduzir os caminhos da própria vida ao serem retiradas as barreiras físicas. O feminismo possibilitou demonstrar que o cuidado também é das deficientes uma demanda de justiça social. As relações de interdependência são inevitáveis à vida social e fazem parte da história de vida de todas as pessoas, tirando a ideia que a independência das pessoas com deficiência não deve ser o valor central (Débora DINIZ, 2007).

A efetiva inclusão acontecerá de forma eficiente quando todas as pessoas reconhecerem as barreiras que alimentam e buscar a sua minimalização e erradicação. Deve-se buscar cada vez mais a construção de sistemas educacionais inclusivos através da reorganização das escolas e da formação de docentes e profissionais da educação, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola e da sociedade como um todo, para que as pessoas com deficiência tenha suas especificidades atendidas.

## **2.4 RAÇA E ETNIA**

Sobre as questões de raça e etnia, Verena Stolke (2006) descreve, em “O enigma das interseções: classe, raça, sexo e sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX”, que temos duas doutrinas diferentes na história das Américas, a da “limpieza de sangre” e do “racismo moderno”. A “limpeza de sangue” é justificada por questões morais e religiosas, respaldadas pela igreja. É a igreja legitimando esses atos, alegando ser a própria vontade de Deus, não cabendo discussão. Não concordar com isso é uma afronta direta a Deus e não somente aos preceitos da “Santa Igreja”, é imperdoável.

Os determinismos – sejam eles geográficos, biológicos, fisiológicos, dentre outros – eram estrategicamente usados para explicar as diferenças entre as sociedades, mas também legitimavam a dominação de um grupo sobre o outro. A utilização desses princípios religiosos e morais fizeram com que houvesse um controle da sexualidade feminina entre as mulheres de “sangue puro” e, como consequência, uma exploração da sexualidade feminina das mulheres de “sangue impuro”.



No final do século XVIII, a linguagem da limpeza de sangue passa a adquirir um novo significado, saindo da dimensão moral-religiosa para incorporar um sentido racial que é – pensando até os dias atuais – baseado em fenótipos. E o que é chamado de “racismo moderno” foi baseado em ideias científicas – e aí está o perigo quando a ciência é utilizada para justificar determinada dominação.

Atualmente, com o desenvolvimento científico mais engajado das ciências sociais e naturais, o conceito de raça vem sendo muito mais questionado em sua eficácia científica. Diferentemente do que se acreditava no final do século XIX, não existe alguma pesquisa que comprove que características físicas ou de cor da pele implicam determinadas qualidades essenciais ou certos comportamentos morais de um determinado povo (Márcio Mucedula AGUIAR, 2007).

A partir desse contexto construímos a intersecção entre gênero, raça, etnia e sexualidade, de modo que, a partir do gênero, seja possível observar que certas características associadas ao feminino não é simplesmente uma atribuição natural ligada ao sexo, mas uma construção sociocultural que justifica a subordinação das mulheres em relação aos homens. E quando essas mulheres são negras ou indígenas, a justificação se torna ainda maior, pois são consideradas uma “raça inferior”, podendo ser abusadas moral e fisicamente sem resultar em remorso ou penalização de seus atos.

Quando estudamos sobre empregadas domésticas, por exemplo, no processo de urbanização do Brasil, não foi estendida às mulheres pobres e negras a mesma emancipação das mulheres brancas de classe média. Na tentativa de contornarem as eventuais tiranias no ambiente doméstico que viviam as mulheres brancas, na busca de liberdade intelectual e econômica, acabaram por oprimir ainda mais as mulheres negras – contratadas para executarem esses afazeres. Tem-se uma gradação de cores estabelecida por este tipo de preconceito – e de privilégios e de invisibilidades – do “mais branco” ao “mais escuro”. A probabilidade de uma pessoa ascender socialmente é proporcional à sua proximidade da cor “branca” estiver. (Antônio Sérgio Alfredo GUIMARÃES, 2002).

Trazendo para o contexto escolar, sabemos que as crianças aprendem muito mais do que os adultos lhes ensinam. Vemos como essa capacidade é notável no aprendizado de línguas, por exemplo. É por isso que crianças também incorporam muito facilmente os preconceitos que, em certa medida, estruturam a sociedade na qual estão inseridas, e os reproduzem de uma forma contundente. Quem nunca viu seu filho, filha ou criança próxima falando um absurdo e pensarmos: “onde ela aprendeu isso?”. Não basta apenas atribuir esse aprendizado somente ao ambiente familiar, elas recebem e captam informações na vida

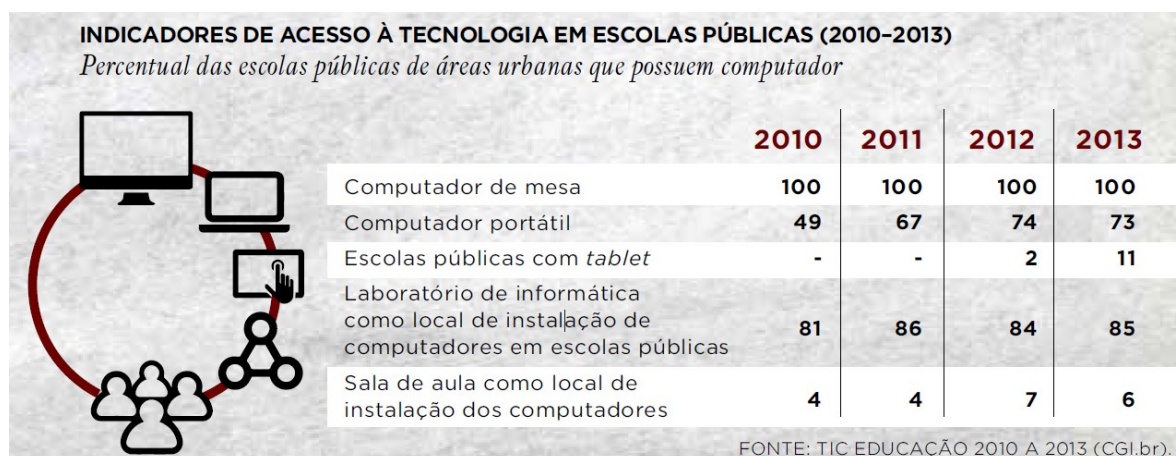
cotidiana, com outras crianças, nas ruas, na TV, na internet e também na escola. Percebemos que etnia, raça, gênero, sexualidade, deficiência são conceitos importantes para se pensar (sobre) as fronteiras das diferenças. É por meio da reflexão dessas fronteiras que poderemos um dia ter uma sociedade que tenha o respeito e convívio em harmonia com a diversidade.

### 3 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Recentemente, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br (2016) publicou um estudo realizado em doze escolas públicas de diferentes regiões do Brasil, o qual consistiu em visitas regulares durante um período de quatro anos (de 2010 a 2013) para acompanhar os processos de adoção da tecnologia no cotidiano das instituições de ensino, o uso de equipamentos e tecnologias na gestão e nas práticas pedagógicas, as visões dos distintos atores que compõem o dia-a-dia da escola, e a implementação das políticas educacionais.

Durante a pesquisa verificou-se que grande parte das escolas públicas possuía laboratórios de informática e praticamente todas elas tinham rede de conexão sem fio. Esse acesso a redes móveis permitiria o acesso à diretamente em salas de aula, trazendo a possibilidade de um novo paradigma móvel de informatização escolar. Mas em muitas escolas durante esse período de 2010 a 2013, somente algumas áreas ou alguns tipos de usuários tinham acesso à conexão sem fio (Ponto BR - NIC.br, 2016).

Figura 1 - Indicadores de acesso à tecnologia em escolas públicas (2010-2013)



Fonte: TIC Educação 2010 a 2013 (CGI.br).

Michael Trucano (2012) mostra um dado interessante com relação ao uso de tecnologia móvel e rede sem fio no espaço escolar, pois acaba tendo utilização restrita pelas professoras durante as aulas, por justamente representar outras distrações que o smartphone possa causar devido à facilidade de partir para outros assuntos na internet. Na literatura que envolve educação e tecnologia, verifica-se um aprofundamento no papel que tem o laboratório

de informática, ressaltando seu uso limitado por alunas e professoras (OECD, 2010). Outro contexto importante de ressaltar é que saber usar e aplicar as tecnologias nas atividades escolares é uma condição primordial para a utilização bem-sucedida das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e, desta forma, a qualificação e o desenvolvimento profissional das docentes torna-se imprescindível para que avancem dos estágios iniciais, vivenciando novos usos na educação (Ana Lúcia D'IMPÉRIO LIMA, 2013).

Dentro da formação continuada, uma das tecnologias que mais tem se utilizado é a plataforma Moodle<sup>4</sup> que é um programa de trabalho colaborativo para gestão da aprendizagem, permitindo criar páginas de disciplinas, comunidades de aprendizado, cursos on-line e grupos de trabalho, tendo uma abordagem sócio-construtiva da educação como filosofia. Essa plataforma foi desenvolvida dentro do pressuposto de que as alunas adquirem e constroem o seu conhecimento de uma forma mais completa quando interagem com o ambiente, saindo de uma atitude passiva de mera receptoras de informação, para uma construção de saberes e conhecimento, fazendo de uma forma colaborativa e acessada através de um navegador *WEB* (Elvia Nunes RIBEIRO; Gilda Aquino de ARAÚJO MENDONÇA; Alzino Furtado MENDONÇA, 2007).

O Moodle fica limitado somente às pessoas que ingressam em algum curso específico, através de matrícula e liberação de acesso por um administrador. Isso fez com que esta proposta de pesquisa focasse mais exclusivamente na disseminação de conteúdo formativo para professoras na tecnologia móvel, pois pode ser acessada de qualquer lugar, seja em casa, no trabalho, no trânsito, nos intervalos, e também nos momentos de lazer – sem necessariamente estejam matriculadas em um curso on-line para poderem acessar o conteúdo disponibilizado.

Mareli E. Graupe (2014) destaca que, com as mudanças sociais, políticas e econômicas recentemente ocorridas, as teorias educacionais foram forçadas a repensar seus conceitos, emergindo as questões de diversidade e gênero como fundamentais na formação de toda cidadã. As diferenças interpessoais devem ser compreendidas como possibilidade de aprendizado mútuo, e não mais ignoradas e vistas como problemas.

A implementação do GDE no Estado de Santa Catarina – com duas edições do curso no formato Aperfeiçoamento – nos polos da UFSC teve um resultado importante, levando e promovendo a sensibilização das professoras quanto às questões de gênero, sexualidade, orientação sexual, relações étnico-raciais e pessoas com deficiência, bem como, evidenciou a

---

<sup>4</sup> Marie Anne Stival Pereira e Leal Lozano é a coordenadora de Ambiente de Ensino do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola (IEG/UFSC) e responsável pela edição do curso na Plataforma Moodle.

necessidade da criação de estratégias que abordam essas temáticas no cotidiano escolar e todos os seus atores envolvidos (Mareli E. GRAUPE; Miriam P. GROSSI, 2014).

Dessa forma, o planejamento da criação de um aplicativo que oportunize a formação continuada de professoras será estratégico para ampliar o acesso a um material rico que, de outro modo, poderia ficar limitado a poucas pessoas.

#### 4 CONTEÚDO DO APLICATIVO

O aplicativo estará disposto em menus de acesso com informação do conteúdo do curso, da coordenação, das professoras, dos orientadores, do idealizador do aplicativo e as onze disciplinas que foram ministradas no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola entre os anos de 2015 e 2016 da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>5</sup> e também contará com um menu de material extra. Por se tratar de um conteúdo extenso, a sumarização e o protótipo estão no Apêndice.

O aplicativo foi desenvolvido na plataforma online *AppMachine* que permite a criação sem custo e somente cobra mensalidade após a publicação nas lojas de aplicativos como o Google Play. Por conter layouts pré-configurados, facilitou a montagem, tomando menos tempo e, portanto, diminuindo drasticamente o custo de produção, sem necessidade de contratar uma empresa especializada.

Poderá ser baixado através do link <https://apps.appmachine.com/generodiversidadenaescola> ou por um smartphone através da leitura do código QR abaixo:

Figura 2 - Código QR

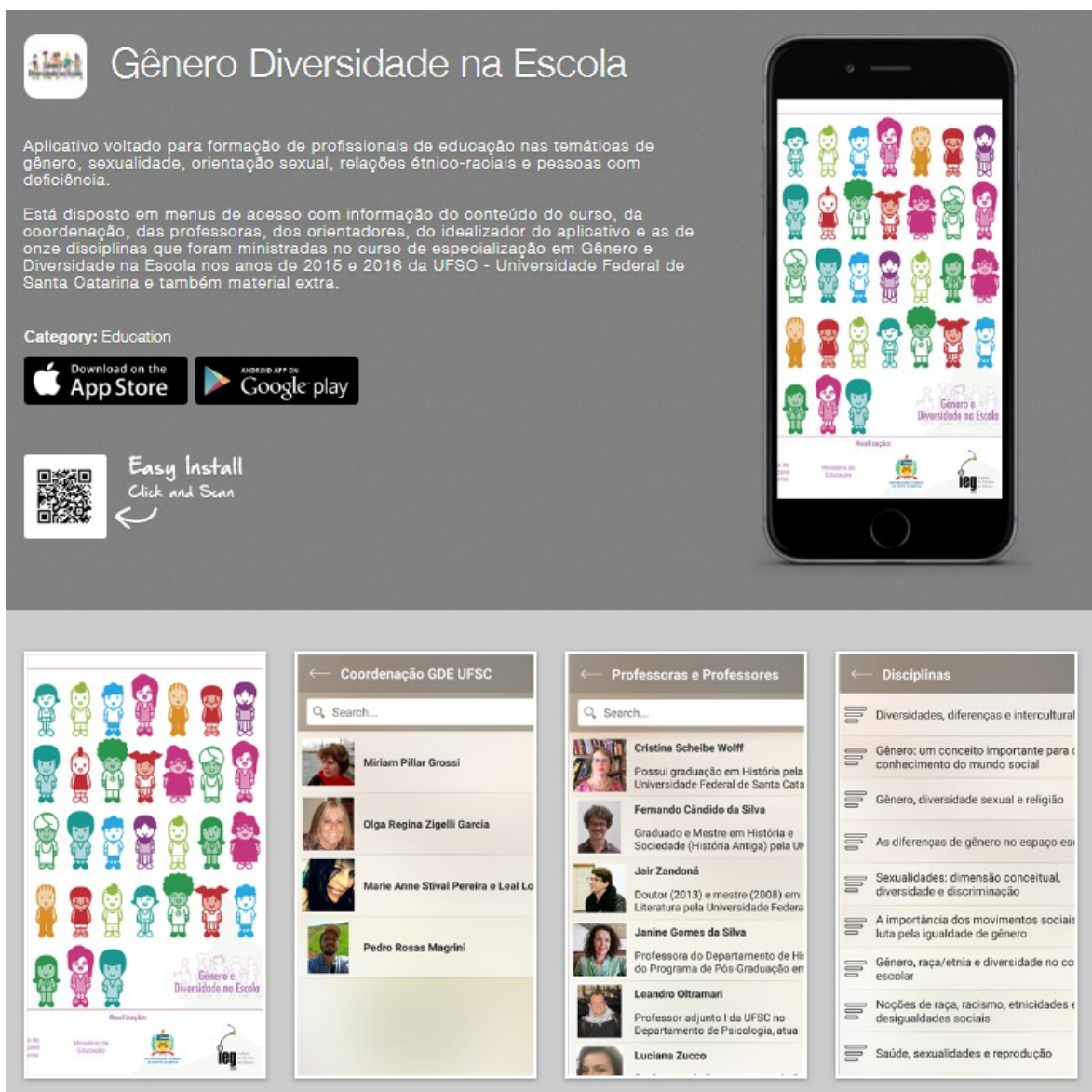


Fonte: Appmachine

---

<sup>5</sup> Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) pela UFSC Universidade Federal de Santa Catarina. Miriam Pillar Grossi – Coordenadora do GDE, Olga Regina Zigelli Garcia – Vice-Coordenadora do GDE, Marie-Anne Stival Pereira e Leal Lozano – Coordenação de Tutoria e de Ambiente de Ensino, Pedro Rosas Magrini – Coordenação Editorial.

Figura 3 - Instalação do Aplicativo



Fonte: <https://apps.appmachine.com/generodiversidadenaescola>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade anseia por conhecimento e o mundo está passando por uma transição tecnológica a ponto de ser quase impossível aprender sem o uso das tecnologias. As educadoras devem vencer/romper os paradigmas da educação, não ficando alheias às transformações tecnológicas ocorridas. Precisam participar ativamente da criação e atualização dos modelos teóricos e metodológicos do campo de conhecimentos em que atuam, superando suas condutas e gerando novos desafios formativos.

As professoras são as principais agentes no processo de inovação educacional. Portanto o investimento na formação é fundamental para que ocorram mudanças substanciais nas escolas, sendo que, para atender os novos desafios impostos à educação, a formação continuada se torna indispensável. Dessa forma, foi importante disponibilizar um aplicativo como instrumento facilitador de uso diário que contribui com a contínua formação e construção de conhecimentos.

O principal objetivo deste trabalho – de criar um aplicativo para smartphone voltado para a formação de professoras e profissionais da educação – mostrou-se alcançado e viável. Foi possível disponibilizar todo o conteúdo discutido no curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da UFSC em formato móvel, facilitando o acesso ao estudo das temáticas de gênero, sexualidade e diversidade.

Contudo, devido às limitações de tempo e recursos financeiros, não foi possível construir um aplicativo com a interatividade com as usuárias inicialmente desejada, de modo a estabelecerem uma rotina de estudos bastante regular, incentivando um acesso diário, ficando somente para estudarem por conta própria, sem haver a necessidade de uma tutoria ou de envio/recepção de mensagens que as chamassem para leituras e exercícios. Também não pôde ser utilizado um desenvolvimento mais intuitivo e com utilização de design arrojado, pois dependeria de profissionais especializados, recursos financeiros e maior tempo de dedicação, ficando a lacuna de possibilidade de criar uma nova versão mais completa, o que possivelmente se desenvolverá num curso de mestrado.

No momento atual da história brasileira é preciso ter resistência para enfrentar qualquer avanço obscurantista que tente retroceder as pautas da educação e as instituições sociais. Também é necessário ter persistência na atuação de forma determinada a alcançar uma sociedade pautada na justiça e paz, de maneira que todas as pessoas sejam respeitadas, sem distinção de qualquer natureza, nas suas diferenças. Isso se dará sistematicamente através



da formação continuada de professoras e todas as profissionais de educação, com capacitações e atualizações promovidas pelas Organizações Não Governamentais, Instituições de Ensino Superior e Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, promovendo também oficinas, palestras, seminários e cursos de pós-graduação específicos. E, finalmente, deve haver acompanhamento quanto às práticas de ensino, garantindo que os conteúdos sobre respeito e promoção à diversidade sexual e de gênero com suas transversalidades sejam implementados efetivamente nos currículos escolares.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Mato Grosso do Sul, n. 36/37, ano 20, p. 83-88, 2007. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/a-construcao-das-hierarquias-sociais-classe-raca-genero-e-etnicidade>>. Acesso em 01/10/2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)>. Acesso em 05/06/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Brasília: MEC 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em 19/06/2016.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Mudanças tecnológicas e suas implicações na política de formação do professor. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* [online]. v. 13, n.49, p. 469-486, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n49/29242.pdf>>. Acesso em 09/10/2016.

CARRARA, Sérgio [et al.]. *Sexualidade e Orientação Sexual*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

COSTA E SILVA, Ana Maria. A formação contínua de professores: uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 72, p. 89-109, Agosto 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000300006&lng=pT](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000300006&lng=pT)>. Acesso em 09/10/2016.

D'IMPERIO LIMA, Ana Lúcia. O Uso das TIC na Educação: Inclusão ou Exclusão Digital? In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação no Brasil – TIC Educação 2012. Coord. Alexandre F. Barbosa. São Paulo: CGI.br, 2013. Disponível online em: <<http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-educacao-2012.pdf>>. Acesso em 05/06/2016.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17 n. 31, p. 59-73, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>>. Acesso em 11/07/2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GRAUPE, Mareli E.; GROSSI, Miriam P. Desafios no processo de implementação do curso Gênero e Diversidade Na Escola (GDE) no estado de Santa Catarina. *Poiésis*, Tubarão, v. 8, n. 13, p. 104-125, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2251>>. Acesso em 20/06/2016.

GRAUPE, Mareli Eliane. Pedagogia da equidade: gênero e diversidade no contexto escolar. In.: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo (Orgs.). *Políticas e fronteiras*. Tubarão: Ed. Copiart, 2014, p. 389-408. Disponível em: <[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros\\_eletronicos/25022015-031038miolofgv2.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros_eletronicos/25022015-031038miolofgv2.pdf)>. Acesso em 21/06/2016.

LIMA, Francisco José; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In SOUZA, Olga Solange Herval (Org.). *Itinerários da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas*. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: AGE. 2008. Disponível em <<http://www.deficienteciente.com.br/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html>>. Acesso em 18/06/2016.

MOLIERE, Jean-Baptiste Poquelin. *L'École des femmes. Escola de Mulheres*. Tradução de Milôr Fernandes. São Paulo. Abril, 1983.

MUSSKOPF, André Sidnei. Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram. Gênero: da Desigualdade à Emancipação?. *Tempo e presença digital*. Ano 3, n. 8, 2008. Disponível em: <[http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=161&cod\\_boletim=9&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=161&cod_boletim=9&tipo=Artigo)>. Acesso em 23/08/2015.

NIC.br - Núcleo de Informação e coordenação do Ponto BR. *Educação e tecnologias no Brasil [livro eletrônico]: um estudo de caso longitudinal sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em 12 escolas públicas*. Núcleo de Informação e coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível online em: <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/EstudoSetorialNICbr\\_TIC-Educacao.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/EstudoSetorialNICbr_TIC-Educacao.pdf)>. Acesso em 04/06/2016.

OECD - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Are the New Millennium Learners Making the Grade? Technology use and educational performance in PISA 2006*. Paris: Center for Educational Research and Innovation, 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/ceri/45053490.pdf>>. Acesso em 06/06/2016.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença*. O feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PARDAL, Luís António; MARTINS, António Maria. Formação contínua de professores: concepções, processos e dinâmica profissional. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 20, p. 103-117, 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752005000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100006)>. Acesso em 09/10/2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 2(2), p. 7-33, 2. sem. 1990.

PIMENTEL, Alessandra. *Jogo e desenvolvimento profissional: análise de uma proposta de formação continuada de professores*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.academia.edu/download/33324860/Tese.pdf>>. Acesso em 08/10/2016.

RIBEIRO, Elvia Nunes; ARAÚJO MENDONÇA, Gilda Aquino de; MENDONÇA, Alzino Furtado. *A importância dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem na busca de novos domínios na EAD*. Goiás, 2007. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/4162007104526AM.pdf>>. Acesso em 30/10/2016.

ROSTAGNOL, Susana. *Organizaciones de mujeres, redes y TICs*. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina. Uruguay, 2003. Disponível em: <[http://www.fesmedia-latin-america.org/uploads/media/Organizaciones\\_de\\_mujeres\\_redes\\_y\\_tic\\_s.pdf](http://www.fesmedia-latin-america.org/uploads/media/Organizaciones_de_mujeres_redes_y_tic_s.pdf)>. Acesso em 06/06/2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Como chamar as pessoas que têm deficiência?* Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003. p. 12-16. Disponível em: <<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial-sala-maria-tereza-mantoan/ARTIGOS/Como-chamar-a-pessoa-que-tem-deficiencia.pdf>>. Acesso em 19/06/2016.

SOIHET, Rachel. Pisando no “sexo frágil”. *Revista Nossa História*, Ano 1, n. 3, p. 14-20, 2004.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 15-42, jan. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100003>>. Acesso em 05/07/2016.

TRUCANO, Michael. *Mobile learning in developing countries in 2012: What’s Happening?*. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/edutech/mlearning-2012>. Acesso em 06/06/2016.

VAZQUEZ, Maria Laura Osta. *El Sufragio*. Montevideu: Obsur, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. *Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social*. In: GROSSI, Pillar Miriam; GARCIA, Olga Regina Z.; LOZANO, Marie-Anne; MAGRINI, Pedro Rosas (org.). Livro 1 – Módulo 1. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. cap. 3, p. 96-100. Livro didático.

## APÊNDICE A - Conteúdo do Aplicativo

### I TELA INICIAL

O aplicativo estará disposto em menus de acesso com informação do conteúdo do curso, da coordenação, das professoras, dos orientadores, do idealizador do aplicativo e as de onze disciplinas que foram ministradas no curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola nos anos de 2015 e 2016 da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 4 - Tela inicial do aplicativo.

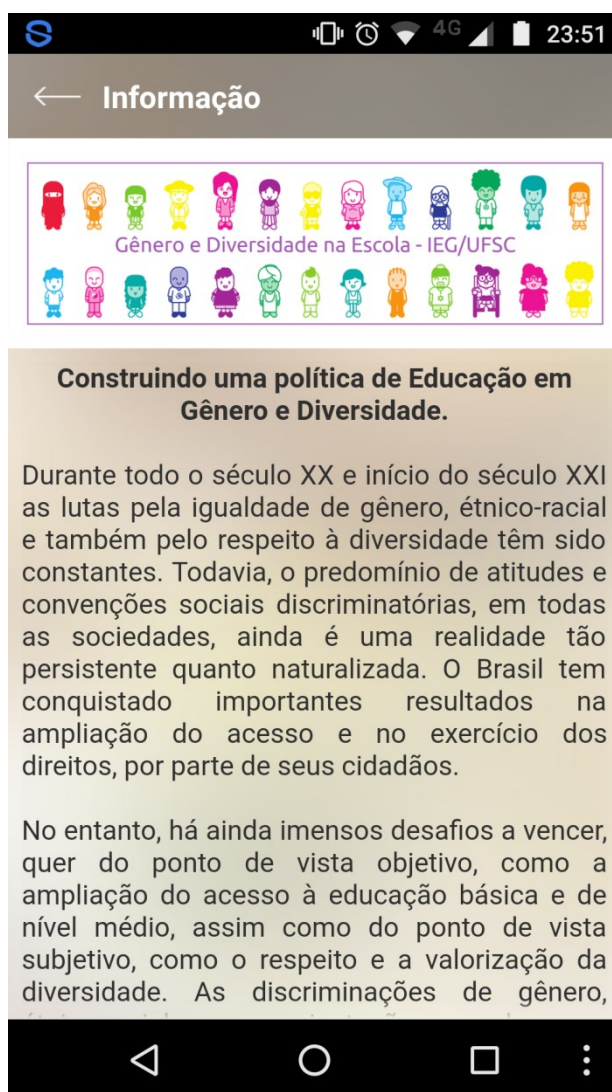


Fonte: Criação do aplicativo

## II INFORMAÇÃO

Será citado o texto introdutório intitulado “Construindo uma política de Educação em Gênero e Diversidade” que é parte integrante do livro de conteúdo lançado em 2009 pela Secretaria (Especial) de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2009).

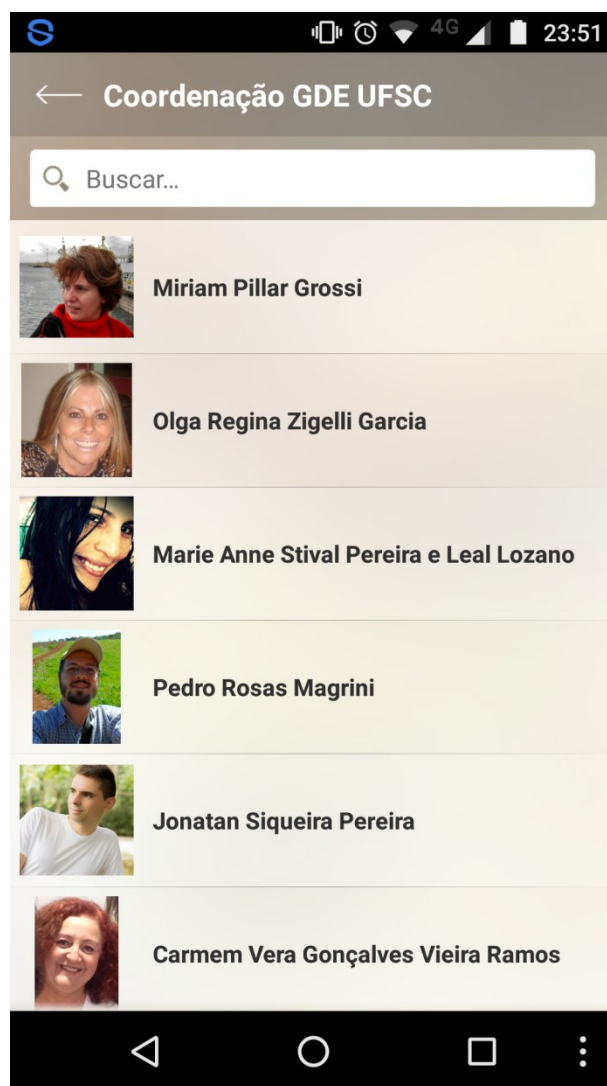
Figura 5 - Tela de Informação



Fonte: Criação do aplicativo

### III COORDENAÇÃO

Figura 6 - Coordenação GDE UFSC



Fonte: Criação do aplicativo

#### **Miriam Pillar Grossi**

*Coordenadora do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG)*

Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle - Universite de Paris V (1988), pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), na University of California-Berkeley e EHESS (2009/2010). Professora Associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1989, atua



nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e no curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC. Foi representante da Área de Antropologia e da Grande área de Humanas no CTC da CAPES (triênio 2001/2004), Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2004/2006) e editora da Revista Estudos Feministas (1999/2001). Professora visitante nas Universidades de Brasília (1995), Universidad de Chile (2003), EHESS- França (2008) e ISCTE - Portugal (2009). Desenvolve pesquisas sobre Teoria Antropológica, História das mulheres no campo antropológico, Antropologia Francesa contemporânea e Metodologias qualitativas de pesquisa. Coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) onde são desenvolvidas pesquisas no campo das teorias queer e feminista sobre os temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia; identidades, parentalidades e conjugalidades LGBTTT; arte homoerótica; amor; gênero e sexualidade na escola; religiões e sexualidades; políticas públicas e movimentos feministas e LGBTTT.

### **Olga Regina Zigelli Garcia**

*Vice-Coordenadora do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG).*

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (1980). Possui mestrado em Enfermagem (1991) e Doutorado em Ciências Humanas, - área de concentração: Estudos de Gênero (2007), ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua desde 1982 como professora do Departamento de Enfermagem. É também professora do Curso de Especialização a Distância: Gênero e Diversidade na Escola, promovido pelo IEG/UFSC em parceria com o MEC/SECADI do qual também é subcoordenadora. Tem experiência na área de Enfermagem; com ênfase em Sexualidade da mulher, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade da mulher, prevenção de câncer cérvico-uterino e de mama, sexualidade humana, sexualidade na gestação e puerpério, na conjugalidade, terceira idade, sexualidade do paciente em regime de internação hospitalar, gênero e Sexualidade. Tem experiência também na formação de professores de ensino fundamental e médio em gênero, sexualidade e diversidade. Professora do GT gênero e diversidade do Curso de formação para professores da EJA do município de São José/SC em 2014. Realiza consultas de enfermagem em Sexualidade, como trabalho de extensão. É pesquisadora do o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) onde são desenvolvidas pesquisas no campo das teorias queer e feminista sobre os temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia;



identidades, parentalidades e conjugalidades LGBTTT; arte homoerótica; amor; gênero e sexualidade na escola; religiões e sexualidades; políticas públicas e movimentos feministas e LGBTTT. É também professora pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC, sendo representante de último no Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Florianópolis (CONDIM) e do Conselho Estadual de Direitos da mulher (CEDIM). Desenvolve pesquisas nas temáticas de sexualidade, sexualidade da mulher, gênero.

**Marie Anne Stival Pereira e Leal Lozano**

*Coordenação de Tutoria e de Ambiente de Ensino do curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG)*

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, estuda principalmente as políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras rurais. Mestre em Administração pela mesma Universidade (UFSC/ 2011) trabalhando com mecanismos de gestão e de apoio à tomada de decisão dos agricultores familiares, tem experiência na área de gestão agrícola, desenvolvimento territorial sustentável e questões de gênero na agricultura familiar. Foi Coordenadora de Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) do curso a distância de extensão em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG 2012/2013) oferecido pelo Departamento de Antropologia e pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Pedro Rosas Magrini**

*Coordenação Editorial do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG)*

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) no ano de 2007, mestrado em Administração na área de Gestão social, Ambiente e Desenvolvimento no ano de 2010, também na UFLA, e doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) na área de concentração de Estudos de Gênero (EGE) e na linha de pesquisa de Gênero e suas inter-relações com geração, etnia, classe (GIRGEC), com estágio sanduíche no Programa Universitario de Estudos de Género da Universidade Nacional Autónoma de México (PUEG/UNAM). Atualmente é pós-doutorando em Antropologia Social na UFSC. É membro da Coordenação do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, coordenando as áreas de editoração dos livros e a formação de tutoria. É professor da

disciplina Tópicos especiais em Assuntos Interdisciplinares do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) e do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC). É pesquisador colaborador do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, membro de dois Núcleos de Pesquisa: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) e do Gênero e Diversidade em Movimento (GEDIM/UFLA).

**Jonatan Siqueira Pereira**

*Secretário Administrativo do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG)*

Graduando de Letras Libras Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Curso Normal (Magistério) com ênfase em Educação Especial (RS). Atualmente é secretário administrativo do Instituto de Estudos de Gênero, no Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola. Pesquisador de Danças Circulares, como método de inclusão e cultura de paz.

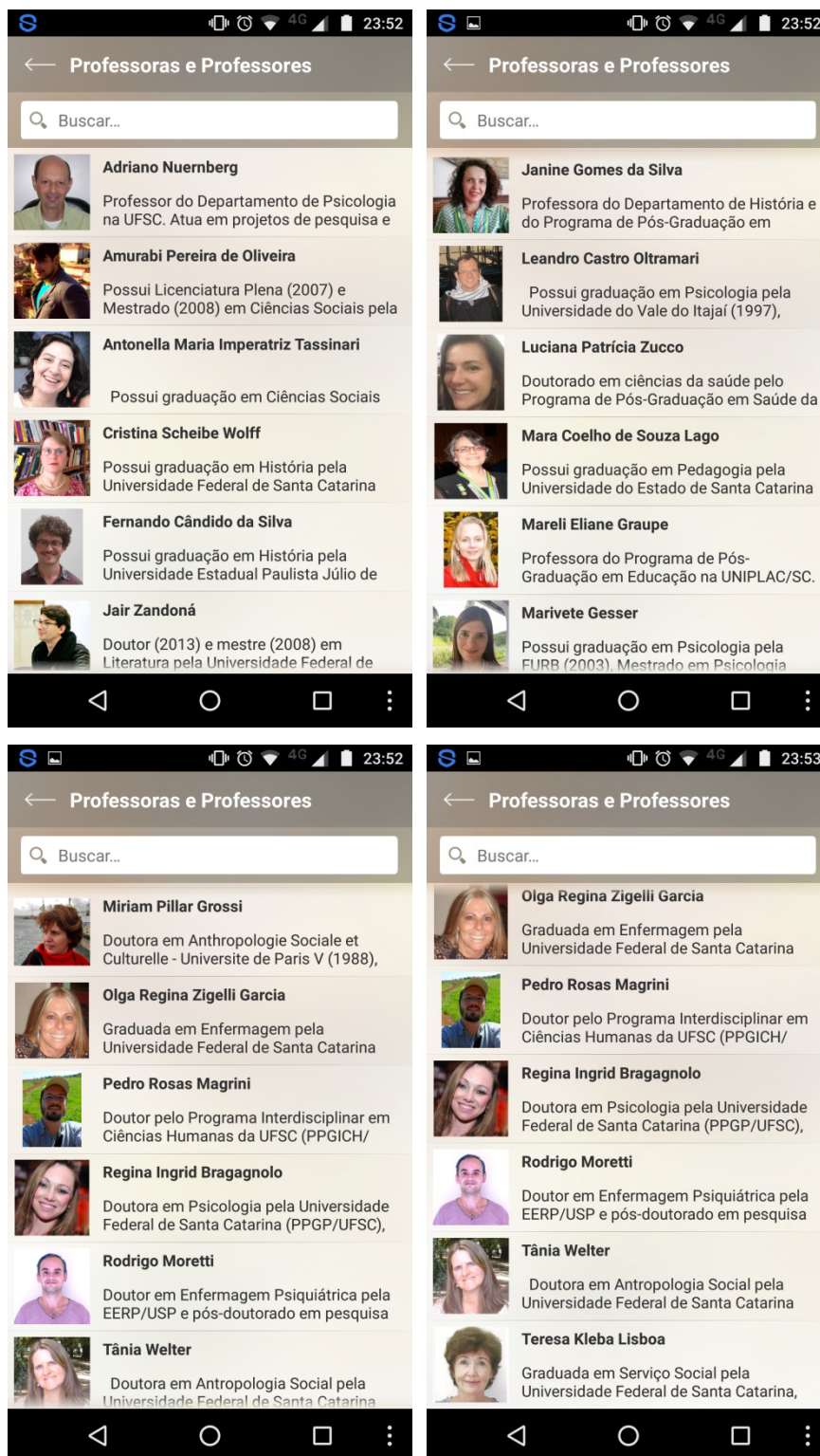
**Carmem Vera Gonçalves Vieira Ramos**

*Coordenadora Financeira do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC/IEG)*

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1985). É técnica administrativa da Universidade Federal de Santa Catarina (1988). É Editora Assistente da Revista Estudos Feministas desde 1999.

## IV PROFESSORAS E PROFESSORES

Figura 7 - Tela Professores e Professoras



Fonte: Criação do aplicativo

### **Adriano Nuernberg**

Professor do Departamento de Psicologia na UFSC. Atua em projetos de pesquisa e extensão na área de Psicologia Escolar e Educacional e Estudos sobre Deficiência. Ministra disciplinas, orienta pesquisas e supervisiona estágios nestas áreas na graduação e pós-graduação. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC e o grupo de pesquisa Psicologia e Processos Educacionais, vinculado ao Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional na UFSC.

### **Amurabi Pereira de Oliveira**

Possui Licenciatura Plena (2007) e Mestrado (2008) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Pesquisador do CNPq (bolsista PQ nível 2). Pesquisador do NEJUC (Núcleo de Estudos em Educação e Juventudes Contemporâneas) e do METROPOLIS - Laboratório de Pesquisa Social. Associado Efetivo da ABA e da SBS, foi presidente da ABECS - Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, e atualmente participa de sua diretoria, integrando ainda a comissão de “Educação, Ciência e Tecnologia” da ABA. Atua como parecerista e editor em periódicos especializados, tem coordenando Grupos de Trabalho e participado de Mesas Redondas em diversos eventos. Possui experiência na área de sociologia, de antropologia e de educação, com ênfase, em nível de prática e de pesquisa nas áreas de Sociologia e Antropologia da Educação e da Religião. Atua principalmente nos seguintes temas: Sociologia e Antropologia da Educação, Ensino de Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), Formação de Professores de Ciências Sociais, Dádiva, Religiosidades, Nova Era, Novos Movimentos Religiosos, Vale do Amanhecer, Estudos Pós-Coloniais, Antropologia e Sociologia do Corpo, Gilberto Freyre e Pierre Bourdieu.

### **Antonella Maria Imperatriz Tassinari**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1998). Realizou estágio pós-doutoral no EREA (Centre Enseignement et Recherche en Ethnologie Amérindienne), Université de Paris X Nanterre (2005) e no Departamento de Antropologia da Universidade de Montréal, Canadá (2014/2015). É Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Departamento de Antropologia, onde desenvolve

projetos de pesquisa e extensão vinculados ao NEPI (Núcleo de Estudos de Povos Indígenas). Tem atuação na Comissão de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas e no Colegiado do Curso de Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica da UFSC, assumindo o cargo de Coordenadora do Curso em 2016. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: povos indígenas, infância e educação indígenas, identidade étnica, diversidade cultural e educação escolar.

### **Cristina Scheibe Wolff**

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Em 2004/2005 realizou pós-doutorado na Université Rennes 2, na França e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Atualmente é professora associada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) participante do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). É Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. É uma das organizadoras do Fazendo Gênero 11 e 13º. Women's Worlds Congress que será realizado na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

### **Fernando Cândido da Silva**

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e mestrado em História e Sociedade (História Antiga) pela mesma universidade (2006). Doutor em Ciências da Religião na área de Literatura e Religião no Mundo Bíblico pela Universidade Metodista de São Paulo (2011). Sua tese recebeu o Prêmio Capes de Teses em 2012 na área de Filosofia/Teologia. Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da FCL/UNESP-Assis. Atua como professor de História Antiga no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (Graduação e Pós-Graduação).

**Jair Zandoná**

Doutor (2013) e mestre (2008) em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Letras Português Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2003). É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo de Literatura Brasileira Atual - Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade (LITERATUAL/UFSC). É docente do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (IEG/UFSC).

**Janine Gomes da Silva**

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Possui graduação em História pela Universidade da Região de Joinville (1992), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mulheres, gênero e violência, memória, história oral e patrimônio.

**Leandro Castro Oltramari**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1997), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Atualmente é professor adjunto III da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Processos Grupais e de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia da Educação, gênero e sexualidade. Participante do Grupo de pesquisa “Psicologia e Processos Educacionais” e participante do grupo Instituto de Estudos de Gênero. Vice-líder do grupo de pesquisa Clínica da Atenção Psicossocial e uso de álcool e outras drogas.

**Luciana Patrícia Zucco**

Doutorado em ciências da saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira/ Fundação Oswaldo Cruz (2007) e mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997).

Foi professora adjunta do Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino. Atualmente, é professora adjunta nível III do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência nas áreas de Relações de Gênero e Saúde Coletiva, com ênfase em Política de Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde sexual e reprodutiva, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, diversidade sexual, política de saúde, extensão, serviço social e formação profissional.

### **Mara Coelho de Souza Lago**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1967), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983) e doutorado em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Atualmente é professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, atuando como docente voluntária no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos temas gênero, gerações, subjetividades, modos de vida, com enfoque interdisciplinar. Participa da coordenação do Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC. Participa da coordenação editorial da Revista Estudos Feministas.

### **Mareli Eliane Graupe**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na UNIPLAC/SC. Coordena o grupo de pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL/UNIPLAC). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2001), mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2004), doutorado em Educação e Cultura pela Universidade de Osnabrueck, Alemanha (2010), revalidação UFSM (2010). Pós-doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC (2011), pós-doutorado em Antropologia Social, UFSC (2012). Tem experiência na área de educação, com ênfase em docência, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, diversidade, sexualidade, políticas públicas de gênero, equidade de gênero e educação, metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa. Pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

**Marivete Gesser**

Possui graduação em Psicologia pela FURB (2003), Mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atua como Professora Adjunta III no curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Foi pesquisadora do MEC no âmbito da Prevenção às Violências na Escola. É integrante do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional da UFSC; do Margens - Núcleo de Estudos Modos de Vida, Família e Relações de gênero; do NED - Núcleo de Estudos sobre Deficiência; além de membro do GT da ANPPEP Psicologia, Política e Sexualidades. Atua nos seguintes temas: gênero e diversidade na escola, processos educativos e constituição do sujeito, deficiência e direitos humanos.

**Miriam Pillar Grossi**

Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle - Université de Paris V (1988), pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996/1998), na University of California-Berkeley e EHESS (2009/2010). Professora Associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1989, atua nos Programas de Pós-graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e no curso de graduação em Ciências Sociais da UFSC. Foi representante da Área de Antropologia e da Grande área de Humanas no CTC da CAPES (triênio 2001/2004), Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2004/2006) e editora da Revista Estudos Feministas (1999/2001). Professora visitante nas Universidades de Brasília (1995), Universidad de Chile (2003), EHESS- França (2008) e ISCTE - Portugal (2009). Desenvolve pesquisas sobre Teoria Antropológica, História das mulheres no campo antropológico, Antropologia Francesa contemporânea e Metodologias qualitativas de pesquisa. Coordena o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) onde são desenvolvidas pesquisas no campo das teorias queer e feminista sobre os temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia; identidades, parentalidades e conjugalidades LGBTTT; arte homoerótica; amor; gênero e sexualidade na escola; religiões e sexualidades; políticas públicas e movimentos feministas e LGBTTT.



**Olga Regina Zigelli Garcia**

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (1980). Possui mestrado em Enfermagem (1991) e Doutorado em Ciências Humanas, - área de concentração: Estudos de Gênero (2007), ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora Associado da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua desde 1982 como professora do Departamento de Enfermagem. É também professora do Curso de Especialização a Distância: Gênero e Diversidade na Escola, promovido pelo IEG/UFSC em parceria com o MEC/SECADI do qual também é subcoordenadora. Tem experiência na área de Enfermagem; com ênfase em Sexualidade da mulher, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade da mulher, prevenção de câncer cérvico-uterino e de mama, sexualidade humana, sexualidade na gestação e puerpério, na conjugalidade, terceira idade, sexualidade do paciente em regime de internação hospitalar, gênero e Sexualidade. Tem experiência também na formação de professores de ensino fundamental e médio em gênero, sexualidade e diversidade. Professora do GT gênero e diversidade do Curso de formação para professores da EJA do município de São José/SC em 2014. Realiza consultas de enfermagem em Sexualidade, como trabalho de extensão. É pesquisadora do o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) onde são desenvolvidas pesquisas no campo das teorias queer e feminista sobre os temas de violências contra mulheres e lesbo-trans-homofobia; identidades, parentalidades e conjugalidades LGBTTT; arte homoerótica; amor; gênero e sexualidade na escola; religiões e sexualidades; políticas públicas e movimentos feministas e LGBTTT. É também professora pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero - IEG/UFSC, sendo representante de último no Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Florianópolis (CONDIM) e do Conselho Estadual de Direitos da mulher (CEDIM). Desenvolve pesquisas nas temáticas de sexualidade, sexualidade da mulher, gênero.

**Pedro Rosas Magrini**

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) no ano de 2007, mestrado em Administração na área de Gestão social, Ambiente e Desenvolvimento no ano de 2010, também na UFLA, e doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) na área de concentração de Estudos de Gênero (EGE) e na linha de pesquisa de Gênero e suas inter-relações com geração, etnia, classe (GIRGEC), com estágio sanduíche no Programa Universitario de Estudos de Género da Universidade Nacional Autónoma de México (PUEG/UNAM). Atualmente é pós-doutorando em Antropologia Social na UFSC. É

membro da Coordenação do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, coordenando as áreas de editoração dos livros e a formação de tutoria. É professor da disciplina Tópicos especiais em Assuntos Interdisciplinares do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC) e do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC). É pesquisador colaborador do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da UFSC, membro de dois Núcleos de Pesquisa: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) e do Gênero e Diversidade em Movimento (GEDIM/UFLA).

### **Regina Ingrid Bragagnolo**

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2004), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2004). Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Desenvolvimento Infantil NDI/CED. Tem experiência na área de Educação e Psicologia, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, sexualidade, políticas públicas, violências e infância.

### **Rodrigo Moretti**

Doutor em Enfermagem Psiquiátrica pela EERP/USP e pós-doutorado em pesquisa na temática do uso de Álcool e Drogas pela CICAD/Organização dos Estados Americanos (através de programa da SENAD e EERP-USP). Tem por interesses gênero, diversidade sexual e saúde. Editor Chefe do periódico "Saúde & Transformação Social".

### **Tânia Welter**

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina com estágio na Universidade Nova de Lisboa (UNL, Portugal), Mestre em Antropologia Social (UFSC), Especialista em Educação Sexual (UDESC) e Licenciada em Ciências Sociais (UFSC). Realizou estágio pós doutoral em Ciências Humanas e em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina e atuou como pesquisadora convidada no Lateinamerika Institut (LAI) da Freie Universität Berlin, Alemanha. Líder do Grupo de Pesquisa PEST / UDESC, Diretora do Instituto Egon Schaden (IES), Associada à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de

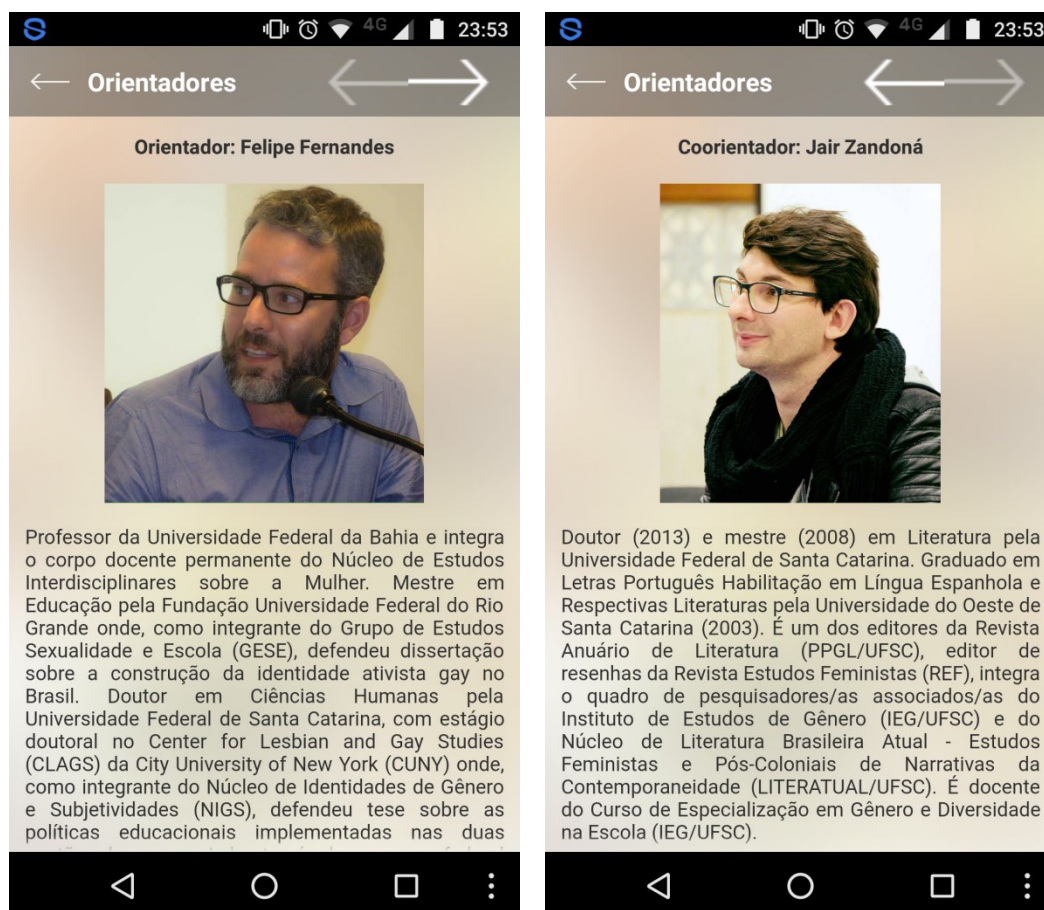
Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, Antropologia, História da Antropologia, Metodologia de Ensino em Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia, História, educação, gênero, sexualidade, políticas públicas e religiosidades.

**Teresa Kleba Lisboa**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós Doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Autónoma de México (2009). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenadora do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) e Coordenadora do Doutorado Interinstitucional - DINTER - Convênio entre o PPGICH/UFSC e a Universidade Federal de Pernambuco (2011-2015). Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (DSS/UFSC). Integra o Fórum Catarinense de Mulheres e desenvolve pesquisas que articulam as temáticas Serviço Social, estudos feministas e relações de gênero, com ênfase nos seguintes temas: violência de gênero, equidade de gênero nas políticas públicas, mulheres excluídas dos direitos mínimos, gênero e desenvolvimento sustentável e empoderamento de mulheres.

## V ORIENTADORES

Figura 8 - Tela Orientadores



Fonte: Criação do aplicativo

### **Orientador: Felipe Fernandes**

Professor da Universidade Federal da Bahia e integra o corpo docente permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Mestre em Educação pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande onde, como integrante do Grupo de Estudos Sexualidade e Escola (GESE), defendeu dissertação sobre a construção da identidade ativista gay no Brasil. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio doutoral no Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS) da City University of New York (CUNY) onde, como integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), defendeu tese sobre as políticas educacionais implementadas nas duas gestões do governo Lula através do programa federal Brasil Sem Homofobia. Possui pós-doutorado em Estudos de Gênero (PPGICH/UFSC), Anthropologie Sociale (EHESS/Toulouse) e

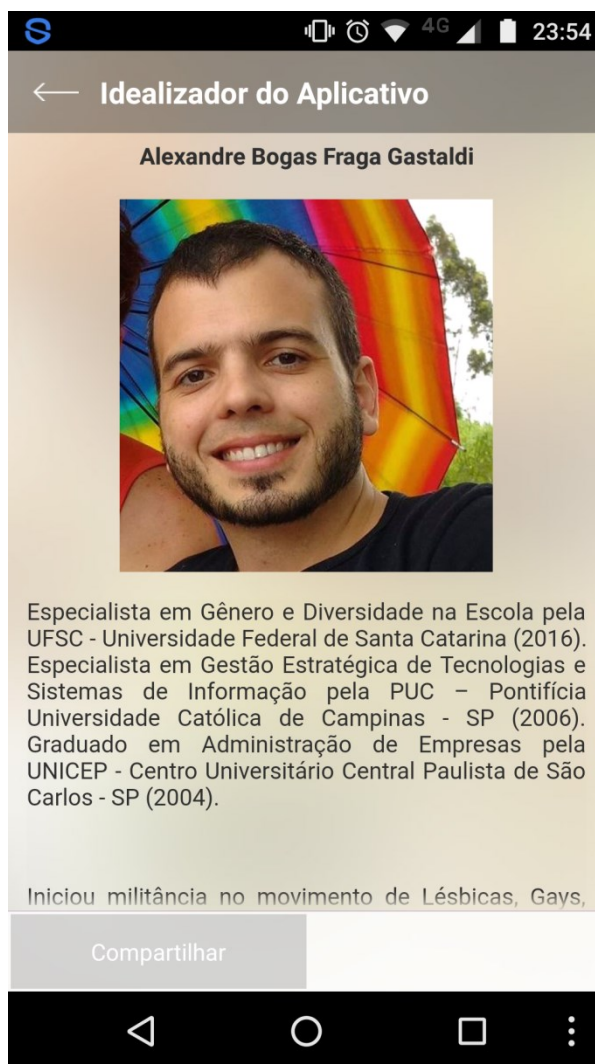
Antropologia da Educação (PPGAS/UFSC). Seus interesses de pesquisa são as políticas públicas de gênero e sexualidades, bem como práticas de associativismo em movimentos LGBT e feministas, além de Ensino de Gênero, Sexualidades e Antropologia.

**Coorientador: Jair Zandoná**

Doutor (2013) e mestre (2008) em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Letras Português Habilitação em Língua Espanhola e Respectivas Literaturas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2003). É um dos editores da Revista Anuário de Literatura (PPGL/UFSC), editor de resenhas da Revista Estudos Feministas (REF), integra o quadro de pesquisadores/as associados/as do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Núcleo de Literatura Brasileira Atual - Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade (LITERATUAL/UFSC). É docente do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (IEG/UFSC).

## VI IDELIZADOR DO APLICATIVO

Figura 9 - Tela Idealizador do Aplicativo



Fonte: Criação do aplicativo

### **Alexandre Bogas Fraga Gastaldi**

Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2016). Especialista em Gestão Estratégica de Tecnologias e Sistemas de Informação pela PUC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP (2006). Graduado em Administração de Empresas pela UNICEP - Centro Universitário Central Paulista de São Carlos - SP (2004).

Iniciou militância no movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais LGBT no ano de 2009 na cidade de São Carlos - SP como membro fundador da ONG Visibilidade LGBT. Na cidade de Belo Horizonte - MG de 2010 a 2012 passou a integrar o corpo de militância do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais Cellos-MG. Ao mudar-se para Florianópolis em 2012, ingressou na militância da ADEH - Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade.

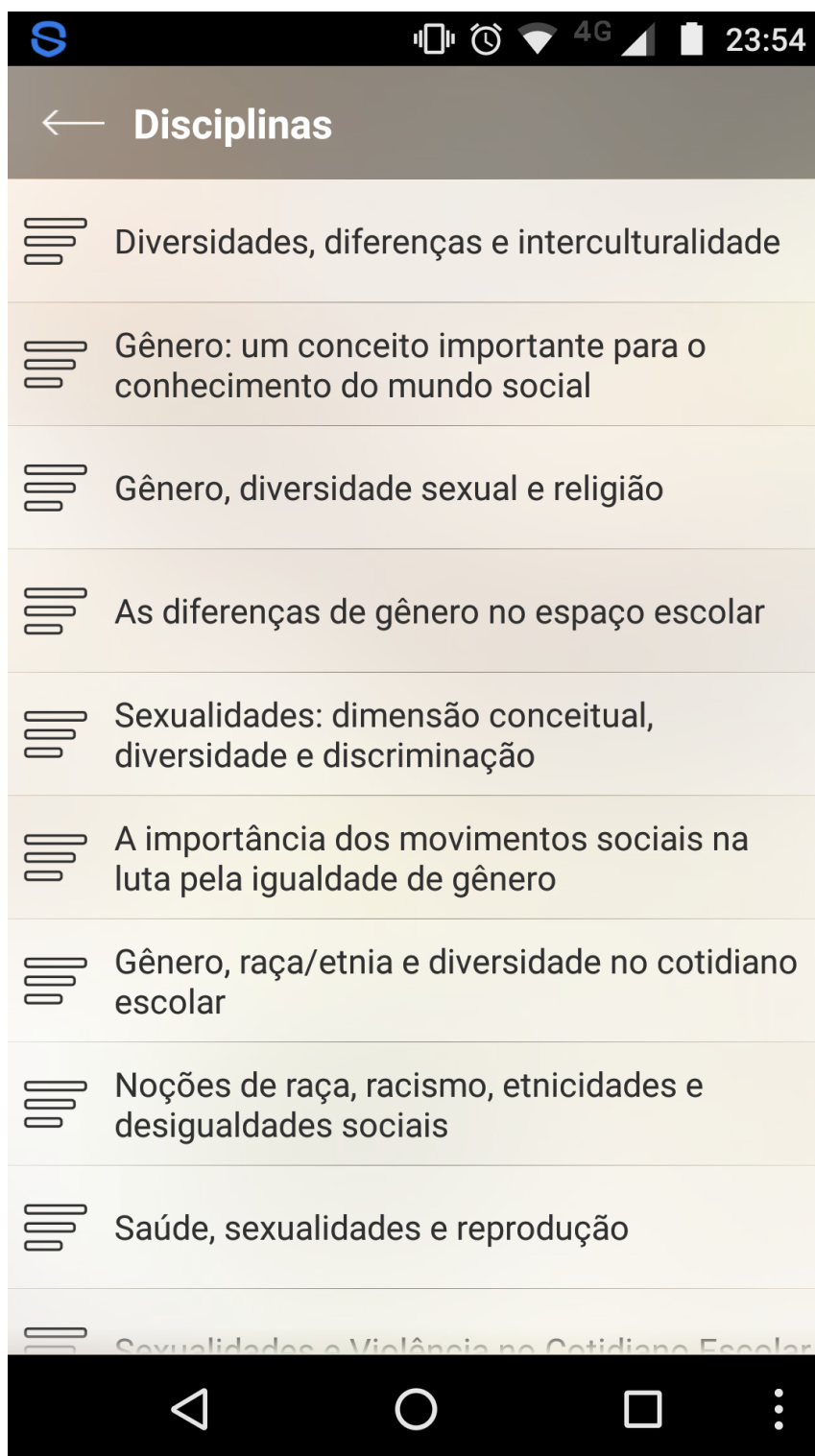
Em janeiro de 2013 começou a fazer parte da diretoria da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, assumindo o cargo de Secretário da Região Sul que contém os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Fundaram em junho de 2013 a ONG Acontece Arte e Política LGBT na cidade Florianópolis - SC na qual é Diretor Administrativo até os dias atuais. É membro do colegiado de coordenação Fórum Diversidade Grande Florianópolis que congrega mais de 24 coletivos e instituições.

O casamento igualitário é uma das pautas do movimento LGBT que traz cidadania e direitos para aquelas e aqueles que vivem uma união. Alexandre procura sempre afirmar que vive numa relação homoafetiva há sete anos e casado civilmente desde 2014 onde, juntos, trilham a luta diária por uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como lema o aclamado grito de guerra “a nossa luta é todo dia, por um mundo sem machismo, racismo e homo-lesbo-bi-transfobia”.

Esse aplicativo é parte integrante do seu Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (2016).

## VII DISCIPLINAS

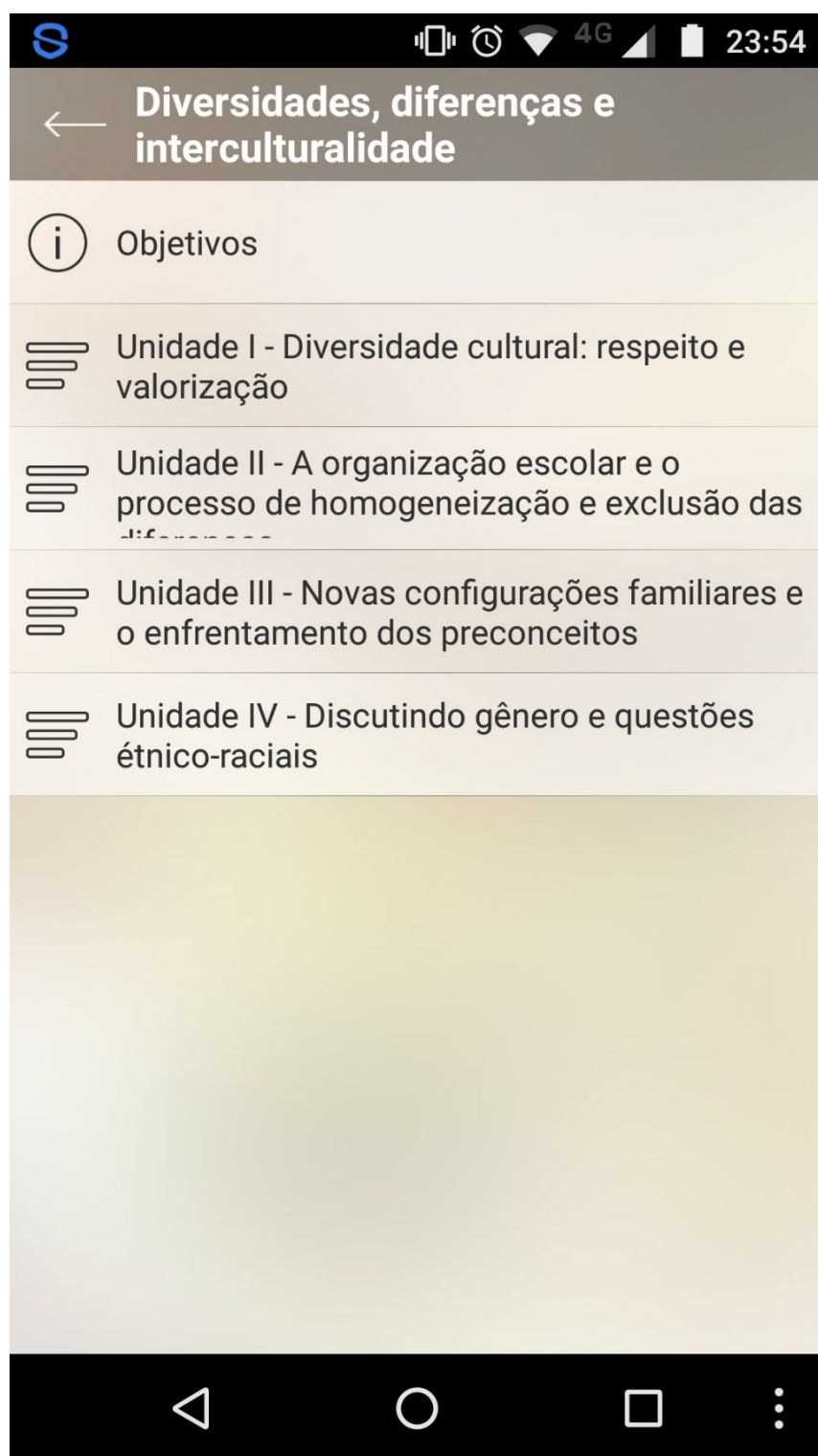
Figura 10 - Tela Disciplinas



Fonte: Criação do aplicativo

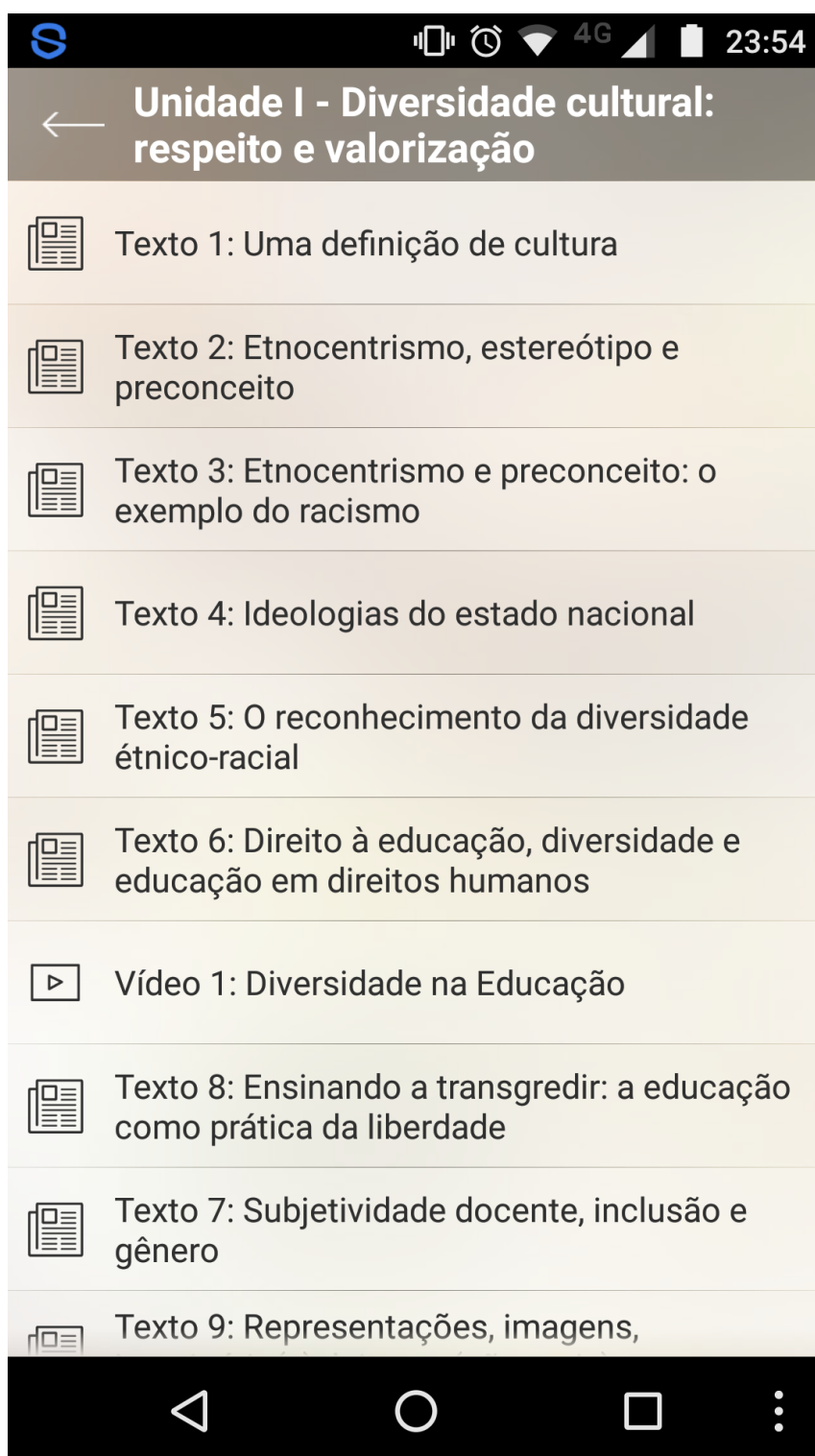


Figura 11 - Tela Unidades das Disciplinas



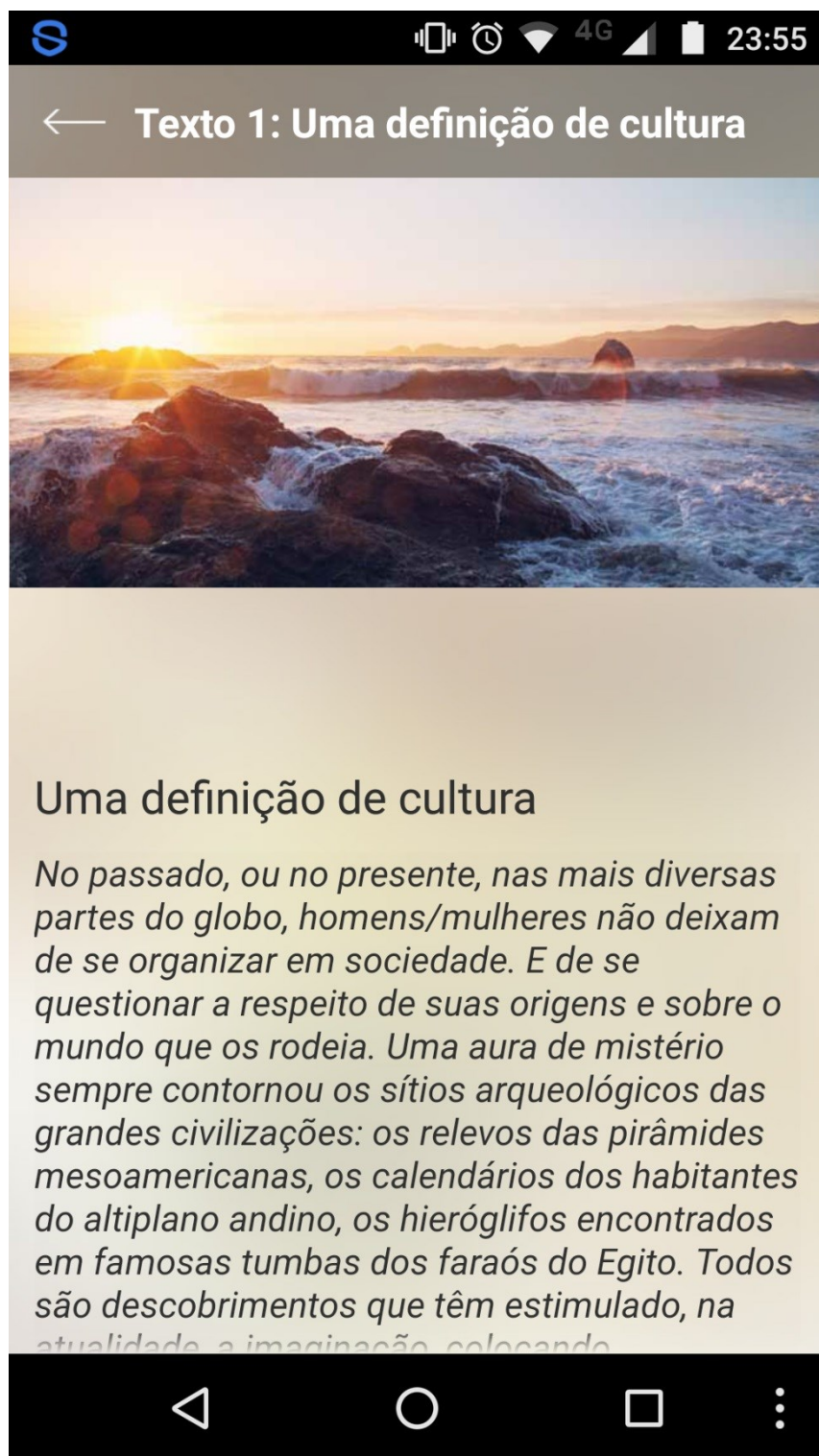
Fonte: Criação do aplicativo

Figura 12 - Tela Conteúdo das Unidades



Fonte: Criação do aplicativo

Figura 13 - Tela Textos das Unidades



Fonte: Criação do aplicativo

Figura 14 - Tela Vídeos das Unidades



Fonte: Criação do aplicativo

## VII.I Diversidades, diferenças e interculturalidade<sup>6</sup>

Tem como objetivos caracterizar o etnocentrismo, estereótipo e preconceito e relacionar esses fenômenos com os processos de exclusão presentes nas escolas.

Caracterizar o sujeito como constituído pelo atravessamento dos marcadores de gênero, raça, classe social, deficiência, orientação sexual, sexualidades, religião, velhice os quais, em interseção, podem potencializar processos de exclusão.

Relacionar o processo de organização escolar homogeneizador das diferenças com a exclusão das pessoas que divergem das normas socialmente instituídas. Identificar diferentes formas de configurações familiares e seu impacto no contexto escolar.

Conteúdo Programático:

Unidade I - Diversidade cultural: respeito e valorização.

- Texto 1: Uma definição de cultura.
- Texto 2: Etnocentrismo, estereótipo e preconceito.
- Texto 3: Etnocentrismo e preconceito: o exemplo do racismo.
- Texto 4: Ideologias do estado nacional.
- Texto 5: O reconhecimento da diversidade étnico-racial.
- Texto 6: Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos.
- Texto 7: Subjetividade docente, inclusão e gênero.
- Texto 8: Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.
- Texto 9: Representações, imagens, imaginário(s): leituras (não mais) subterrâneas no cinema e nas literaturas.
- Vídeo 1: Diversidade na Educação.
- Filmes: lista de filmes sugeridos.
- Literaturas: lista de literaturas sugeridas.
- Séries: lista de séries sugeridas.

---

<sup>6</sup> GESSER, Marivete; ZANDONÁ, Jair. *Diversidade, diferenças e interculturalidade*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

Unidade II - A organização escolar e o processo de homogeneização e exclusão das diferenças.

- Texto 1: A organização escolar e o processo de homogeneização e exclusão das diferenças.

- Texto 2: Cuidado, escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas.

- Texto 3: Diferença na educação.

- Texto 4: Desigualdades escolares.

- Texto 5: Manual para uso não sexista da linguagem.

- Texto 6: Orientações sobre populações transgêneros: conceitos e termos.

- Texto 7: O que é ser menina no Brasil? – Desigualdade de gênero desde a infância.

- Texto 8: Revista orienta professores a tratarem transexualidade como algo corriqueiro.

- Texto 9: Feminismo para leigos.

- Texto 10: Entrevista com Judith Butler – “Teoria do gênero: Judith Butler responde aos seus críticos”.

- Vídeo 1: Pro dia nascer feliz.

- Vídeo 2: Feminilidades e pós-modernidade. Entrevista com Guacira Lopes Louro.

- Vídeo 3: Vivendo no armário: gays não assumidos.

- Vídeo 4: Puta preconceito.

- Vídeo 5: E se fosse com você?

Unidade III - Novas configurações familiares e o enfrentamento dos preconceitos.

- Texto 1: A possibilidade de adoção por casais homossexuais: aspectos constitucionais e civis da paternidade homoparental.

- Texto 2: Novas famílias.

- Texto 3: Chega de Violência! Combate as práticas sexistas, homo-lesbo-transfóbicas, racistas, xenofóbicas e capacitistas nos trotes universitários.

- Texto 4: Projeto amplia licença paternidade e inclui casais homoafetivos.

- Texto 5: Após decisão da Justiça, bebê é registrada com duas mães e um pai.

- Texto 6: Usuários de fórum on-line ajudam pai que não sabe como agir após descobrir que o filho é gay.

- Texto 7: Em acórdão inédito, STF reconhece direito de adoção e denomina casais homoafetivos como família.

- Vídeo 1: Os nossos filhos. Famílias homoafetivas.

#### Unidade IV - Discutindo gênero e questões étnico-raciais

- Texto 1: Discutindo o privilégio racial [branco] na moda de luxo: imagens da branquidade em Vogue Brasil.

- Texto 2: Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?

- Texto 3: Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.

- Vídeo 1: A Branquidade em Vogue (Brasil e Paris).

- Vídeo 2: A Luta Pela Humanização.

- Vídeo 3: Racismo uma história.

## VII.II Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social<sup>7</sup>

Tem como objetivos identificar os elementos históricos na compreensão da construção da categoria gênero. Compreender a categoria gênero, relacionando-a a trajetória dos movimentos feministas.

Conhecer o processo de construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero. Conhecer áreas temáticas importantes para os estudos feministas que se aplicam a categoria gênero.

Entender a trajetória das categorias mulher, mulheres e gênero, nas ciências sociais e na história e entender as diferenças de gênero na organização social da vida pública e privada.

Conteúdo Programático:

Unidade I - A construção da categoria gênero.

- Texto 1: Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social.
- Texto 2: A história do feminismo e da categoria gênero.
- Texto 3: Histórias do Gênero.
- Texto 4: Pisando no “sexo frágil”.
- Vídeo 1: A história dos feminismos
- Vídeo 2: A história das mulheres na política brasileira
- Filme 1: Anjos Rebeldes (Iron Jawed Angels) Direção: Katja Von Garnier - Estados Unidos (2004).

Unidade II - Alguns temas para se pensar o gênero

- Texto 1: Gênero e violência.
- Texto 2: Gênero e memória.
- Texto 3: Gênero e circulação dos feminismos.
- Texto 4: Feminismos, cinema e ditadura.
- Texto 5: Gênero e trabalho.
- Texto 6: O que é ser menina no Brasil? – Desigualdade de gênero desde a infância.
- Vídeo 1: O sonho impossível (The Impossible Dream) República Checa (1983)

---

<sup>7</sup> WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. *Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.



Unidade III: O uso histórico da categoria gênero

- Texto 1: Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.

### VII.III Gênero, Diversidade Sexual e Religião<sup>8</sup>

Tem como objetivo promover uma articulação entre gênero, diversidade sexual e religião para a formação de educadoras compromissadas em combater as violências naturalizadas na sociedade.

Conteúdo Programático:

Unidade I - Ensino, religião e educação.

- Texto 1: Escola, escolas.
- Texto 2: O direito à liberdade religiosa e sexual.
- Texto 3: Pedagogias, estratégias e exclusões.
- Texto 4: Como sua escola se relaciona com a diversidade religiosa?
- Texto 5: Por uma cultura de direitos humanos;
- Vídeo 1: Entrevista com Marcia Tiburi fazendo uma reflexão e interface entre gênero, sexualidade e religião.

Unidade II - Educação laica e ensino brasileiro.

- Texto 1: Estado laico, laicidade e secularização.
- Texto 2: Do direito à diferença na legislação brasileira.
- Texto 3: Disputas e Educação Laica.
- Vídeo 1: Reflexão sobre a Religião na Escola (2013).
- Vídeo 2: Vídeo produzido para a Campanha “Quanto vale o seu voto” sobre Educação laica.
- Vídeo 3: Olavo de Carvalho sobre o Estado laico e a Sociedade.

Unidade III - Representações e relações de gênero em diferentes grupos religiosos.

- Texto 1: Gênero e Religião: pensando o problema. Representações religiosas conservadoras.
- Texto 2: Representações religiosas conservadoras
- Texto 3: Violência contra as mulheres

---

<sup>8</sup> WELTER, Tania; CANDIDO, Fernando; FELIX, Isabel Aparecida. *Gênero, diversidade sexual e religião*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

- Texto 4: Manutenção da masculinidade hegemônica.
- Texto 5: Naturalização da heteronormatividade.
- Texto 6: Representações religiosas progressistas.
- Texto 7: Denúncias da violência contra a mulher.
- Texto 8: Novos modelos de masculinidade.
- Texto 9: Desnaturalizando a heteronormatividade.
- Texto 10: Gênero e Religião: traçando desafios.

#### Unidade IV - Direitos reprodutivos e religião: ensinando a transgredir.

- Texto 1: Direitos Reprodutivos no Brasil: um pouco da História.
- Texto 2: Direitos Reprodutivos na Constituição Brasileira.
- Texto 3: Direitos Reprodutivos na esfera internacional.
- Texto 4: O pensamento unilateral da religião sobre Direitos Reprodutivos.
- Texto 5: Por uma Pedagogia Engajada: um espaço para o debate e a conscientização

e o empoderamento dos Direitos Reprodutivos.

- Vídeo 1: Quem são elas.
- Vídeo 2: Uma história Severina.
- Vídeo 3: Ventre livre.

#### VII.IV As diferenças de gênero no espaço escolar<sup>9</sup>

Tem por objetivos conhecer as principais políticas públicas de educação que abordam as temáticas de gênero no contexto escolar. Identificar as contribuições e as implicações dessas políticas públicas no seu local de trabalho e na formação continuada das profissionais de educação. Familiarizar-se com os conceitos de gênero, políticas públicas, identidade de gênero, nome social, equidade de gênero.

##### Conteúdo Programático:

##### Unidade 1 - Políticas públicas de gênero no campo da educação.

- Texto 1: Políticas públicas de gênero.
- Texto 2: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997-1998).
- Texto 3: Plano Nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (2009).
- Texto 4: Planos Nacionais de Educação (2001-2010) e (2014 -2024).
- Texto 5: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2007).
- Texto 6: Plano Estadual de Santa Catarina - (2004 -2013).
- Texto 7: Resolução Nº 132 do CEE/SC (2009) - Nome Social (2009).
- Texto 8: Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).
- Vídeo 1: Menino brinca de boneca?
- Vídeo 2: Reacciona Ecuador, el machismo es violencia (guantes).
- Vídeo 3: Dia-a-Dia Educação - Relações de Gênero na Escola

##### Unidade II - Gênero e Educação.

- Texto 1: Gênero e escola
- Texto 2: Diversidade como princípio pedagógico inclusivo. Pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a prática cotidiana.
- Texto 3: Cenas do cotidiano e desdobramentos metodológicos – desafios para pensar a diversidade como princípio educativo.
- Filme 1: Morrer como um homem – Portugal (2009).

<sup>9</sup> GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regina; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo; BARBOSA, Raquel. *As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

- Filme 2: Como esquecer – Brasil (2010).
- Filme 3: Elvis & Madona – Brasil (2010).
- Filme 4: Milk – A voz da igualdade – EUA (2008).
- Filme 5: XXY – Argentina (2007).
- Filme 6: Dzi Croquettes – Brasil (2010).
- Filme 7: Minha vida em cor-de-rosa (Ma vie en Rose) Bélgica, França, e o Reino Unido (1997).
- Filme 8: Transamérica.
- Filme 9: Tomboy.

## VII.V Sexualidades: dimensão conceitual, diversidade e discriminação<sup>10</sup>

Tem por objetivos refletir sobre como nas sociedades ocidentais moderno-contemporâneas, a sexualidade se tornou uma dimensão específica da vida das pessoas. Estimular uma reflexão crítica sobre aspectos históricos, sociais, culturais e políticos relacionados às sexualidades.

Compreender os aspectos multidimensionais que envolvem a sexualidade. Identificar os discursos e práticas que conformam a sexualidade. Propor uma reflexão sobre os modos pelos quais atua a naturalização, de padrões de moralidade relativos à sexualidade com vistas a legitimá-los. Elaborar propostas de enfrentamento e combate às discriminações ligadas a práticas e identidades sexuais.

### Conteúdo Programático:

Unidade I - Diversidade sexual e atenção à saúde: os dilemas de um campo em (perpétua) (des)construção.

- Texto 1: Diversidade sexual e gênero.
- Texto 2: Preconceito de gênero.
- Texto 3: Preconceito e desdobramentos nas abordagens de saúde.
- Texto 4: A construção social da sexualidade.
- Texto 5: Sexualidade: o pessoal também é político.
- Texto 6: A noção moderna de sexualidade.
- Texto 7: O corpo e a sexualidade.
- Texto 8: O aprendizado da sexualidade.
- Texto 9: Cenários culturais: sexualidade, poder e desigualdades.
- Texto 10: Dimensão conceitual, diversidade, discriminação.
- Texto 11: Diversidade: conceitualizando orientação sexual.
- Texto 12: Desejos, comportamentos e identidades sexuais.
- Texto 13: Homossexualidade: questões conceituais e produção de desigualdades.
- Texto 14: Hierarquias sexuais, discriminação e violência.

---

<sup>10</sup> GARCIA, Olga; LAGO, Mara; MAGRINI, Pedro; OLTRAMARI, Leandro Castro. *Sexualidades: dimensão conceitual, diversidade e discriminação*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

Unidade II – Sexualidades Femininas e prazer sexual.

Texto 1: Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero.

Texto 2: Perfil das mulheres atendidas.

Texto 3: Perfil segundo as práticas sexuais relatadas.

Texto 4: Conclusões acerca dos relatos sobre a vivência da sexualidade.

Unidade III – Educação, diversidade e direitos humanos: a formação de professoras a partir da alteridade radical.

Texto 1: E a escola, como vai?

Texto 2: Diversidade! Para que debatê-la?!

Texto 3: Direitos humanos? O que isto tem haver com a escola?

Texto 4: Alteridade Radical? Isto é possível?

## VII.VI A importância dos movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero<sup>11</sup>

Tem por objetivos compreender a importância de ações coletivas transgressoras no mundo, sobretudo aquelas surgidas a partir da segunda metade do século XX. Compreender a importância dos movimentos sociais feministas e LGBT no Brasil.

Estimular uma reflexão crítica sobre aspectos históricos, sociais, culturais e políticos relacionados às lutas feministas e queer. Compreender a importância das teorias foucaultianas para os estudos de gênero e sexualidade.

Conteúdo Programático:

Unidade I – Desigualdades de gênero: movimentos sociais e políticas públicas.

- Texto 1: Introdução: o contexto brasileiro no século XIX.
- Texto 2: As mobilizações feministas do final do século XIX ao início do XX.
- Texto 3: A “nova onda” feminista: a segunda metade do século XX.
- Texto 4: Impactos da nova onda feminista na reflexão das (e sobre as) mulheres.
- Texto 5: As mulheres e o Estado: representatividade e políticas públicas.

Unidade II – Teoria dos movimentos sociais e lutas sociais na América Latina: desafios para uma compreensão descolonial e feminista.

- Texto 1: Teoria dos movimentos sociais.
- Texto 2: América latina e a contextualização de suas realidades: por uma abordagem latino-americana, pós-colonial e feminista.
- Texto 3: A globalização e a teoria das redes de movimentos sociais.

Unidade III – Michel Foucault nos estudos de gênero e sexualidade.

Texto 1: Os estudos contemporâneos de gênero.

Texto 2: O texto de Joan Scott.

Texto 3: A multiplicidade discursiva.

Texto 4: A crítica ao Essencialismo.

Texto 5: O verdadeiro e único sexo.

---

<sup>11</sup> GARCIA, Olga; LAGO, Mara; MAGRINI, Pedro; BARRETO, Andreia; MANICA, Daniela; RAÚJO, Leila; CRRARA, Sergio; LEITE, Vanessa; SENA, Tito. *A importância dos movimentos sociais na luta pela igualdade de gênero*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.



## VII.VII Gênero, raça/etnia e diversidade no cotidiano escolar<sup>12</sup>

Tem por objetivos compreender o caráter histórico das formulações de raça e etnia e suas interseccionalidades com relação às relações de gênero e hierarquias sociais. Identificar como operam as desigualdades de gênero, raça e etnia no contexto escolar.

Compreender que as políticas de escolarização voltadas para populações indígenas estiveram inicialmente atreladas a projetos de colonização e refletir sobre as possibilidades de superação destas características, tanto nas políticas de educação para indígenas quanto no ensino sobre a temática indígena.

Conteúdo Programático:

Unidade I – Interseccionalidades relações de gênero, raça, etnia, classe.

- Texto 1: O enigma das interseções: classe, "raça", sexo e sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX.

- Texto 2: O sexo da conquista.
- Texto 3: Antecedentes metropolitanos.
- Texto 4: Limpieza de sangre – "sangue" de gênero.
- Texto 5: Velhas idéias no Novo Mundo.
- Texto 6: Os novos povos da América.
- Texto 7: A moralidade sexual da honra social e do casamento.
- Vídeo 1: Vênus Negra

Unidade II – Mulheres negras e indígenas no contexto escolar.

- Texto 1: Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação.
- Texto 2: Carta de uma ex-mulata à Judith Butler.
- Texto 3: Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos.
- Texto 4: Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas.

---

<sup>12</sup> STOLKE, Verena; GIACOMINI, Sonia Maria; FIGUEIREDO, Angela; TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; GOOBI, Izabel. *Gênero, raça/etnia e diversidade no cotidiano escolar*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

- Texto 5: Colonização ou liberação? As experiências educativas de mulheres intelectuais Maias da Guatemala.
- Texto 6: Produzindo corpos ativos: A aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares.
- Texto 7: Ciência, Razão e a Mente Feminina.
- Vídeo 1: Geração Roubada.

#### Unidade III – Questão indígena na escola.

- Texto 1: Políticas públicas e educação para indígenas e sobre indígenas.
- Texto 2: Desafios do ensino sobre indígenas nas escolas convencionais.
- Texto 3: Desafios das escolas indígenas.
- Vídeo 1: Escolarizando o mundo.

## VII.VIII      **Noções de raça, racismo, etnicidades e desigualdades sociais**<sup>13</sup>

Tem por objetivos o debate sobre raça e etnicidade no Brasil, destacando a relação entre estas questões e a produção da desigualdade. Apresentar as ferramentas conceituais do debate sobre raça e etnicidade.

Debater a relação entre racismo e produção das desigualdades. Destacar a relação entre racismo e gênero no Brasil e estimular a discussão sobre racismo no contexto escolar.

### Conteúdo Programático

#### Unidade I – Noções conceituais sobre raça, racismo e etnicidade

- Texto 1: Noções de Raça, Racismo, Etnicidade e Desigualdades Raciais pela Igualdade.

- Texto 2: A arqueologia de um mito.
- Texto 3: Mito fundador.
- Texto 4: Uma história que não começou hoje.
- Texto 5: Mistura ou bipolaridade de “raças”?
- Texto 6: O caminho da racialização.
- Texto 7: O Governo Fernando Henrique.
- Texto 8: O Governo Lula.
- Texto 9: A herança da escravidão.
- Texto 10: Leis raciais?
- Texto 11: Racializar o Brasil ou lutar por direitos iguais?
- Texto 12: O princípio de realidade ou a realidade dos princípios.
- Texto 13: A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil

#### Unidade II – Desigualdades étnico-raciais no âmbito escolar

- Texto 1: Direito à igualdade e direito à diferença: sistema especial de proteção dos direitos humanos.

- Texto 2: Direito brasileiro e ações afirmativas.
- Texto 3: Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas.

---

<sup>13</sup> MAGGIE, Yvonne; PIOVESAN, Flávia; VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro; NOVELLI, Daniela. *Noções de raça, racismo, etnicidades e desigualdades sociais*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

- Texto 4: Notas para a Interpretação das Desigualdades Raciais na Educação.
- Texto 5: Preconceito e discriminação na escola.
- Texto 6: Discutindo o Privilégio Racial [Branco] na Moda de Luxo: imagens da branquidade em Vogue Brasil.
- Vídeo 1: A cor púrpura.

## VII.IX Saúde, sexualidades e reprodução<sup>14</sup>

Tem por objetivos compreender a construção dos direitos reprodutivos e sexuais como invenções contemporâneas, a partir de seus antecedentes de normas de regulação da sexualidade e reprodução. Entender os direitos reprodutivos e direitos sexuais como parte integrante dos direitos humanos, refletindo sobre sua importância;

Entender o contexto mundial que se seguiu a criação dos direitos reprodutivos e sexuais. Entender a sexualidade a partir da teoria essencialista, do construtivismo social e da perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, compreendendo as tendências ou desdobramentos destas teorias. Articular as interfaces entre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva, buscando analisar os conceitos de saúde sexual e reprodutiva, e a incorporação de questões como sexualidade, gênero e aborto.

Analisar as limitações de certas construções sociais sobre a gravidez na adolescência, a partir de recortes teóricos que a tomam como problema de saúde pública e/ou problema social. Entender o exercício da atividade sexual pode estar presente na adolescência, pressupondo autonomia de ação e em nada se assemelhando à permissividade, viabilizando os direitos sexuais e reprodutivos das/os adolescentes.

Inserir a gravidez na adolescência em seu contexto social, cultural e histórico, reconhecendo os processos subjacentes como definidores da adolescência, em detrimento da idade, propondo sua superação como demarcador. Entender a educação sexual como um dos instrumentos para garantia dos direitos reprodutivos e sexuais.

### Conteúdo Programático:

#### Unidade I – Direitos reprodutivos e direitos sexuais

- Texto 1: Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais – Dimensão Conceitual.
- Texto 2: Invenção dos direitos reprodutivos e sexuais.
- Texto 3: Direitos reprodutivos.
- Texto 4: Os direitos sexuais.
- Texto 5: Depois de Cairo e Pequim.

---

<sup>14</sup> BARRETO, Andreia; MANICA, Daniela; RAÚJO, Leila; CRRARA, Sergio; LEITE, Vanessa; ZUCCO, Luciana; GARCIA, Olga Regina Zigelli. *Saúde, sexualidades e reprodução*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

- Texto 6: Iniciativas da sociedade civil.
- Texto 7: Princípios que fundamentam os direitos reprodutivos e sexuais.
- Vídeo 1: O aborto dos outros

#### Unidade II – Interfaces entre sexualidade e saúde sexual e reprodutiva

- Texto 1: Aspectos conceituais sobre sexualidade (feminina).
- Texto 2: Interfaces entre Sexualidade e Saúde Sexual e Reprodutiva.
- Vídeo 1: Desejo Proibido

#### Unidade III – Gravidez na adolescência.

- Texto 1: Alguns Aspectos Sócio-Antropológicos.
- Vídeo 1: Quem são elas?
- Vídeo 2: Uma história Severina
- Vídeo 3: Preciosa
- Vídeo 4: Juno

## VII.X Sexualidades e Violência no Cotidiano Escolar<sup>15</sup>

Tem por objetivos conhecer as diferentes concepções de violência de gênero e suas tipologias. Conhecer o cenário nacional e internacional da violência contra mulher. Entender a escola como espaço onde há diversidade de gênero. Entender a escola como espaço onde devem ser respeitadas as identidades de gênero.

Discutir o cenário das homo-lesbo-transfobias na escola. Problematicar as políticas públicas para o enfrentamento das violências. Conhecer o papel dos movimentos feministas e LGBT nas transformações socioculturais e na prevenção à violência de gênero.

### Conteúdo Programático

#### Unidade I – Violência contra a mulher e Lei Maria da Penha.

- Texto 1: Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.
- Texto 2: Estudo dos modos de produção de justiça da lei Maria da Penha em Santa Catarina.
- Vídeo 1: Hoje eu recebi flores.
- Vídeo 2: O Segredo.

#### Unidade II – Homo-lesbo-transfobia no espaço escolar.

- Texto 1: O enfrentamento da homofobia e transfobia familiar e a defesa de uma família protetiva.
- Texto 2: Projeto Papo Sério NIGS/UFSC: articulando reflexões sobre gênero e sexualidades nas escolas
- Texto 3: Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social.
- Texto 4: Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal.
- Vídeo 1: Não gosto dos meninos.
- Vídeo 2: O preço de uma escolha.

---

<sup>15</sup> BENTO, Berenice; AREDA, Felipe; NASPOLINI, Marisa; LISBOA, Teresa Kleba; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; LAGO, Mara Coelho de Souza; RIFIOTIS, Theophilos; GROSSI, Miriam Pillar. *Sexualidades e Violência no Cotidiano Escolar*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.

## VII.XI Deficiências e Inclusão<sup>16</sup>

Tem por objetivos avaliar do ponto de vista histórico, social e cultural as diferentes políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas às pessoas com deficiência. Compreender a deficiência como categoria de análise do ponto de vista social, histórico e cultural. Caracterizar o campo de estudos sobre deficiência e o modelo social de deficiência.

Compreender o capacitismo como dimensão estruturante da cultura que produz a discriminação e a exclusão das pessoas com deficiência. Caracterizar as diferentes barreiras presentes nas escolas e obstaculizadoras da inclusão das pessoas com deficiência: arquitetônicas, atitudinais – preconceito, discriminação, estigma – pedagógicas e metodológicas.

Identificar as principais tecnologias, práticas sociais, recursos e atitudes que favorecem a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Identificar pressupostos teórico-metodológicos voltados à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos às pessoas com deficiência na escola.

Conteúdo Programático:

Unidade I – Aspectos históricos e modelos teóricos sobre deficiência.

- Texto 1: Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.

Unidade II – Modelo Social da deficiência e políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas às pessoas com deficiência e inclusão.

- Texto 1: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

- Texto 2: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Unidade III – Capacitismo e processos de exclusão das pessoas com deficiência e contribuição das autoras da segunda geração do Modelo Social da Deficiência para a inclusão social na educação.

---

<sup>16</sup> GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; MELLO, Anahi Guedes de. *Deficiências e Inclusão*. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015. Livro didático.



- Texto 1: Capacitismo - Uma conceituação

- Texto 2: A inclusão de estudantes com deficiência nos diferentes níveis de ensino: um desafio ético e político

- Vídeo 1: Por que Heloísa?

Unidade IV – Contribuições da teoria feminista da deficiência para a prevenção de violências às pessoas com deficiência.

- Texto 1: Gênero e deficiência: interseções e perspectivas

- Texto 2: Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos.

## **VII.XII      Material Extra**

Textos:

- Raça, cor e outros conceitos analíticos.
- Catálogo publicações sobre Gênero e Diversidade na Escola.
- O que é deficiência.
- Superando o Racismo na Escola.
- Raça: Novas perspectivas antropológicas.
- Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.

Vídeos:

- Videoteca GDE Extensão e Aperfeiçoamento.